UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

DÉBORA BITENCOURT NASCIMENTO DELFINO

A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA SOBRE HUGO CHÁVEZ NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DO CONTINENTE AMERICANO: O ENTORNO DA TENTATIVA FRACASSADA DE Ggolpe EM 2002

Tubarão

2018

DÉBORA BITENCOURT NASCIMENTO DELFINO

A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA SOBRE HUGO CHÁVEZ NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DO CONTINENTE AMERICANO: O ENTORNO DA TENTATIVA FRACASSADA DE GOLPE EM 2002

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de graduação.

Orientador: Prof. Luciano Daudt da Rocha, Ms.

Tubarão

2018

DÉBORA BITENCOURT NASCIMENTO DELFINO

A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA SOBRE HUGO CHÁVEZ NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DO CONTINENTE AMERICANO: O ENTORNO DA TENTATIVA FRACASSADA DE GOLPE EM 2002

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de bacharelado e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Tubarão, 22 de novembro de 2018.

Professor e orientador Luciano Daudt da Rocha, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

João Marcos Barreiros Joaquim, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Ricardo Neumann, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

À minha mãe, mulher que me conscientizou da importância do estudo. Por me ensinar que lugar de mulher é onde ela quiser, principalmente dentro de uma universidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador Luciano, que foi essencial para a construção desse trabalho, me fornecendo todo apoio e incentivo com animação, comprovando que, além de ser um os meus professores favoritos, é um excelente profissional.

Também agradeço aquela que é o principal motivo de me fazer querer crescer, minha mãe Odiléia. Mulher incrível que nunca mediu esforços para proporcionar tudo para mim e meus irmãos, apesar de todas as dificuldades em que a vida apresenta.

Aos meus irmãos Eduardo e Camila, por me proporcionarem o amor mais puro que eu posso sentir, meu objetivo é estar presente com vocês em todos os momentos da vida, assim como vocês estão para os meus, sempre me apoiando.

Agradeço também ao meu namorado Eron, por me conceder todo apoio e auxílio crucial durante o período de construção desse trabalho, nunca deixando de acreditar em mim.

Por fim, agradeço com todo meu coração a minha avó materna Lourdes e meus avós paternos Maria e Moisés, por além de estarem presentes na minha vida me apoiado em todas as escolhas que faço, serem meus exemplos de pessoas boas que não medem esforços para ajudar aqueles que precisam. Vocês me inspiram para sempre querer ser melhor.

“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa” (Karl Marx).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que maneira os meios de comunicação do continente americano contribuíram para a tentativa de golpe de Estado na Venezuela em 2002. Dessa forma, fez-se uma análise do período de 1998 até 2002 das notícias ligadas a Venezuela e principalmente a Hugo Chávez presentes nas grandes mídias do continente americano, selecionadas aos jornais Folha de São Paulo no Brasil e The New York Times nos Estados Unidos a fim de obter o resultado almejado. Desta maneira para concretização do estudo, definiu-se como qualitativo, explicativo, bibliográfico e documental. Como resultado, percebeu-se o papel em que os meios de comunicação obtiveram na construção da imagem de Hugo Chávez para o meio internacional indo em repercussão a tentativa de golpe em 2002.

Palavras-chave: Hugo Chávez. Venezuela. América Latina. Meios de Comunicação. Imprensa. Golpe. Estados Unidos.

ABSTRACT

The present monography aims to analyze how the American continent media contributed to the attempted coup in Venezuela in 2002. Thus, an analysis was made of the period from 1998 to 2002 of the news related to Venezuela and mainly to Hugo Chávez present in the great media of the American continent, selected to the newspapers Folha de São Paulo in Brazil and The New York Times in the United States in order to obtain the desired result. In this way, the study was defined as qualitative, explanatory, bibliographic and documentary. As a result, the role of the media in the construction of Hugo Chavez image for the international milieu was perceived, with repercussions for the attempted coup in 2002.

Keywords: Hugo Chávez. Venezuela. Latin America. Media. Press. Coup. United States.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar de qué manera los medios de comunicación del continente americano contribuyeron al intento de golpe de Estado en Venezuela en 2002. De esa forma se hizo un análisis del período de 1998 a 2002 de las noticias vinculadas a Venezuela y principalmente a Hugo Chávez presentes en los grandes medios del continente americano, seleccionadas a los periódicos Folha de São Paulo en Brasil y The New York Times en Estados Unidos para obtener el resultado deseado. De esta manera para concreción del estudio, se definió como cualitativo, explicativo, bibliográfico y documental. Como resultado, se percibió el papel en que los medios de comunicación obtuvieron en la construcción de la imagen de Hugo Chávez para el medio internacional yendo en repercusión el intento de golpe en 2002.

Palabras clave: Hugo Chávez. Venezuela. América Latina. Medios de comunicación. Prensa. Golpe. Estados Unidos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
2 UM PANORAMA DAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS: ENTRE A DEPENDÊNCIA E A SOBERANIA 17
2.1 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS 17
2.1.1 Relações Interamericanas no Século XIX 20
2.1.2 Relações Interamericanas no Século XX 25
2.2 ESTADOS UNIDOS E VENEZUELA NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS CONTEMPORÂNEAS 33
3 O DEBATE DA RELAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COM POLITICA E SOCIEDADE NA AMÉRICA 40
3.1 MEIOS DE COMUNICAÇÃO, SOCIEDADES NACIONAIS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS 40
3.2 A FOLHA DE SÃO PAULO E O THE NEW YORK TIMES 43
3.3 A FORMAÇÃO DO CHAVISMO E A ABORDAGEM DOS JORNAIS 44
3.3.1 O relato da corrida presidencial (1998) 45
3.3.2 O destaque da assembleia constituinte (1999) 49
3.3.3 O contato entre economia, petróleo e política (2000 – 2001) 54
3.3.4 Em torno da tentativa do golpe (2002) 59
4 O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE HUGO CHÁVEZ 65
4.1 A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA CHÁVEZ (1998) 65
4.2 AS CONSEQUÊNCIAS EM TORNO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1999) 67
4.3 A INTERAÇÃO ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA (2000 – 2001) 68
4.4 O DESFECHO DA TENTATIVA DE GOLPE (2002) 70
5 CONCLUSÃO 73
REFERÊNCIAS 76

1 INTRODUÇÃO

A história da construção da América Latina se compõe em torno de influências europeias e estadunidenses, estando ligadas em sua base junto ao colonialismo e imperialismo, respectivamente. Dentro desse parâmetro, surge o papel dessas influências e a sua implementação no decorrer da solidificação de seus Estados.

A região por si adquiriu uma característica em torno do papel de importância dentro de uma sociedade capitalista. Como afirma a professora e mestre em História Claudia Wasserman (1996), criou-se uma estrutura sobre a região a qual já existia uma articulação programada, em torno de aspectos econômicos e militares. Dando destaque a essa articulação econômica para a região, alguns fatores aparecem como essenciais para a compreensão de como não se conseguiu alcançar um nível de desenvolvimento significativo, comparado às regiões mais desenvolvidas. Esses fatores, como exemplo dos diversos problemas sociais e a dependência financeira do exterior, aparecem associados à incapacidade de seus colonizadores de administração durante o período da industrialização e acabaram resultando no atraso ao avanço.

Nesse contexto, a Venezuela surgiu para o aprofundamento desse estudo devido ao histórico de relação que o Estado tem junto a potência estadunidense e a importância de seu histórico político para a região.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2018) a República Bolivariana da Venezuela conserva um território de 916.445 km², sendo dividido em 23 estados, 1 distrito e 311 dependências federais, tendo sua fronteira delimitada pelos Estados do Brasil ao sul, Guiana ao leste e Colômbia ao oeste, desfrutando ao norte do Mar do Caribe. A Venezuela possui uma população de 30.206.207 habitantes e sua capital é a cidade de Caracas, que fica localizada ao norte do País.

O Estado venezuelano é apresentado em seu contexto político e econômico, e em seu histórico, possui a característica de ser o primeiro país da colonização hispano-americana a se declarar independente. Apesar disso, o sistema político Venezuelano possui características instáveis e para entendê-lo, é necessário realizar um esclarecimento da criação de sua essência.

O Estado da Venezuela guarda como cunho principal o fato de obter a maior reserva natural de petróleo do mundo, razão pela qual ganhou espaço internacional razoável, principalmente na relação econômica implantada com os Estados Unidos, que é o maior consumidor dessa matéria prima em todo o globo. A dependência estadunidense em relação

ao petróleo venezuelano, então, possibilitou um crescimento na economia do Estado, iniciando-se uma maior exploração da capacidade de produção do óleo.

Considerando a passagem pela ditadura de Perez Jimenez que teve fim em 1958, o sistema político-econômico venezuelano se baseou na necessidade de uma construção da estabilidade democrática para o Estado. Com isso, firmou-se o *Pacto de Punto Fijo*[1]. A partir daí o rumo das operações políticas mudou e outras características foram ganhando destaque.

Ainda que consolidada em um sistema democrático, a Venezuela seria extremamente oligárquica, apresentada sempre com intuitos estadunidenses para permanência da relação comercial vantajosa existente entre os Estados sobre o petróleo.

Apesar da solidificação no mercado do petróleo que se teve a partir da década de 1930, a Venezuela se deparou com o problema ocasionado pela alta dependência exclusiva do mercado estadunidense, gerando uma característica forte nos resultados da política venezuelana, tanto externa quanto internamente, tendo em vista o nível de "privilégio" oferecido aos Estados Unidos. Dessa forma, o país acabou encontrando um isolamento econômico.

Desse modo, mesmo que tenha uma resposta relativamente positiva em questão de crescimento econômico, com o resultado do foco apenas para produção do petróleo, a economia venezuelana acabou sendo lançada aos riscos, pois como não se tinha diversificação, criou-se uma unidimensionalidade econômica na qual o país tornou-se extremamente dependente de apenas uma relação comercial e, por consequência, mostrava-se refém desta também, fortalecendo a existência de oligarquias. (ZERO, 2017)

Por conta dos impactos nascidos tanto do isolamento econômico quanto pelas mudanças do efeito da globalização mundialmente, durante a década de 80 a Venezuela se deparou com uma crise provocada pelo fato do desenvolvimento econômico não ter sido suficiente em relação de acompanhamento global, resultando em uma elevada exclusão social. Segundo Fukushima (2010), a estabilidade da democracia venezuelana perdeu sua concepção a partir do momento que se iniciou a crise, resultando automaticamente na perda da legitimidade da política tradicional praticada, pois a população necessitava de uma melhoria na distribuição de renda para que ao menos, obtivesse alguma redução da desigualdade existente. O surgimento desse cenário acabou se tornando propenso para vinda de Hugo Chávez para o governo da Venezuela, a partir de 1999, para a representação na política.

Com reforço do Movimento Bolivariano, contribuindo para o fenômeno de ascensão da esquerda pela América Latina, Chávez foi aos poucos ganhando mais reconhecimento em

torno do país, logo sendo relacionado como um possível candidato que além de firme por conta do seu histórico na vida militar, propunha ideias que vinham em sentido contrário ao sistema já implantado na Venezuela. Havia em seu discurso o que a população necessitava ouvir durante aquele momento instável, tornando-se dessa forma um importante ator político durante esse período de instabilidade e transformação ao qual passou a Venezuela nos anos 90. Assim, Chávez garantiu sua vitória pelo governo no final de 1998, dando início a um novo tempo na história política venezuelana.

O papel de Chávez como Presidente começou a ser percebido por suas ações sociais, eis que diminuiu consideravelmente a desigualdade, iniciou um processo de maior participação populacional na política e elevou o número de acesso às universidades. Contudo, em decorrência dessas ações, a classe média acabou "perdendo" o padrão de vida levado desde o estouro com o petróleo, dando início a ações da oposição contra as tomadas de decisões chavistas. Conforme sustenta Fukushima (2010), a oposição que se formou ao governo contava com o apoio de figuras poderosas na sociedade, principalmente em questões de poder econômico, ocasionando certo fortalecimento. Uma característica importante sobre o contexto refere-se aos meios de comunicação privados, que no caso da constituição de uma oposição forte e influente, mostraram-se essenciais para além da função de passar a informação e sim, revelaram-se como atores do debate político.

Nesse contexto, levando-se em consideração o avanço tecnológico existente e a necessidade que as sociedades vivenciaram sobre a adaptação a essas mudanças, os meios de comunicação podem ser encarados como fortes atores no sistema internacional. Hoje tudo se baseia em informação, que cada vez se torna mais rápida sua forma de expansão. Sendo assim, dentro do sistema político, os meios de comunicação assumem papel fundamental na concepção do pensamento do senso comum, haja vista que além de repassar a informação ao indivíduo, possui o poder de construção da imagem dentro do regime político. (FUKUSHIMA, 2010)

Dentro dessa perspectiva, o presente estudo visou contextualizar o histórico dessas relações interamericanas, de modo em que se buscou um entendimento de como o caminho percorrido sob as ações implantadas, acabaram por tornar a região com essa característica de submissão as grandes potências, e que devido a isso, os problemas ainda encontrados nos Estados latino-americanos, em específico na Venezuela, são existentes há muito mais tempo, sendo esses bastante complexos.

O tema envolvendo os Estados Unidos dentro desse contexto após colonização, em que ao surgir como um dos novos atores mais poderosos no sistema internacional passa-se a ligar ao caso de sua presença junto aos eventos de instabilidades político-democráticas que ocorrem sobre a região após um histórico de intervencionismo.

Nessa perspectiva, essa pesquisa tem por base a resolução do seguinte problema: **De que maneira os meios de comunicação do continente americano contribuíram para a tentativa de golpe de Estado na Venezuela em 2002?**

Para responder o problema de pesquisa, foram traçados como objetivo geral: debater a abordagem dos meios de comunicação de massa sobre os primeiros anos do chavismo culminando na tentativa de golpe de Estado na Venezuela em 2002 e para contemplar o objetivo geral são objetivos específicos desta pesquisa: contextualizar as relações entre Estados Unidos e Venezuela nas relações interamericanas contemporâneas; debater as relações entre os meios de comunicação e sua influência na política e nas sociedades do continente americano e por fim, analisar o discurso da grande imprensa do continente nos primeiros anos do chavismo com vistas de compreender o contexto de tentativa de golpe na Venezuela em 2002.

A seguinte pesquisa se justifica na base da necessidade de explicação para o caso, levando-se em consideração que, se tratando de um Estado vizinho, as consequências muitas vezes não se limitam a permanecer exclusivamente para este, uma vez que acabam interligando diversos outros atores do sistema internacional.

Considerando-se a América Latina no todo, há uma percepção da instabilidade existente relacionada à política e ao poder. De modo geral, a região tem uma característica de recuo ao avanço, sempre de forma lenta ou dificultada. A Venezuela é um dos exemplos, sendo a conjuntura que mais evidencia instabilidade político-econômica na região atualmente.

Assim, a causa para a definição desse estudo se dá em base do esclarecimento de como a situação verificada no Estado Venezuelano foi gerada por meio de influências oriundas de Estados com maior poderio e peso no sistema internacional, especificamente pelo papel que os Estados Unidos nutriram durante o desenrolar deste processo.

Como toda ação gera uma consequência, o que é colocado em pauta seria como a colaboração de terceiros é inserida nas jogadas de interesses. Sendo o objetivo sempre priorizar o resultado a favor daqueles que apresentam maior atuação em indagações de poder, as cartadas econômicas estão diretamente ligadas a isso. Em um sistema no qual o poder e o

dinheiro caminham lado a lado, os meios de comunicação surgem como a via mais produtiva para a aplicação das ações em vista da interlocução com a maioria dos indivíduos.

Buscou-se também a possibilidade de relacionar o nível de intervenção política que se encontra na região e como esse nível de intervenção acaba resultando na construção da característica de poder dos Estados juntamente com os atores relacionados, como, por exemplo, os meios de comunicação, onde suas ações acabam se concretizando em um senso de pensamento crítico generalizado que resulta diretamente na vida dos indivíduos ligados a esse Estado.

Relacionando aos métodos ligados a pesquisa proposta, para o estudo em questão, utiliza-se principalmente o método **dedutivo**, já que como é incentivado pela investigação. Relacionado às etapas e as técnicas utilizadas para a pesquisa, foram em base da classificação **histórica e documental.**

Caracterizada como **explicativa,** é apresentada também de natureza **qualitativa**, pois esteve ligada a busca do conhecimento ao ponto de analisá-lo. Visando a atribuição de procedimentos, esse estudo caracterizou-se como **bibliográfico**, tendo em vista que as fontes utilizadas foram basicamente livros, artigos científicos, monografias, jornais online e outras páginas oficiais na internet.

Deste modo, o presente estudo se definiu de modo **explicativo, qualitativo, bibliográfico e documental.** Assim, o trabalho se divide em cinco principais seções, sendo essas introdução, referencial teórico, levantamento de dados, análise dos dados e conclusão.

2 UM PANORAMA DAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS: ENTRE A DEPENDÊNCIA E A SOBERANIA

Quando se coloca em pauta a discussão sobre a fragilidade da democracia na América Latina, automaticamente se dirige à necessidade da busca pelas origens de sua formação, histórica, geográfica e os debates sobre os "clichês" apresentados no seu "descobrimento". De acordo com o escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano (2000), em sua obra "Veias Abertas da América Latina", a concepção da região se deu para obedecer ao mercado mundial, e essa obediência se deu por conta da sua entrada no mundo por um modo diferente ao que já se tinha, pelo cargo de oferecer serviços, mantendo uma característica de agir em prol das necessidades das nações alheias.

2.1 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS

O sistema implantado sob a América Latina iniciou-se nos tempos dos desbravamentos europeus ao redor do mundo, com suas navegações desde o século XV. Assim, se concretizou com as decorrentes conquistas de tudo aquilo que existia na região e que por conta desse "desbravamento" passou a servir os europeus de modo inicial. Entre as conquistas, tem-se a terra, os frutos oriundos dela, a água, os minerais, os homens que ali habitavam e a potencialidade de sua força, capaz de gerar resultado de trabalho. Apesar de o início dos desbravamentos acontecerem por parte da Espanha e o fortalecimento desse império espanhol em razão do mercado criado frente a todas as ofertas que propunham as terras das Américas, também se percebeu um grande interesse por parte das outras nações europeias de conquistar o local de fornecimento do sucesso desse mercado europeu. Por conta disso, iniciou-se um processo de colonização europeia geral, ligando aos portugueses, franceses, holandeses e ingleses. A partir de então, a América passou a ser vista como um negócio europeu. "A economia colonial latino-americana dispôs da maior concentração de força de trabalho até então conhecida, para possibilitar a maior concentração de riqueza que jamais possuiu qualquer civilização na história mundial." (GALEANO, 2000)

E assim basicamente se caracterizou a relação da América Latina em ligação às demais potências europeias durante o período de colonização, contribuindo para a formação concreta de um conceito bem definido entre uma Europa constituída de seus países centrais, gerando avanço em desenvolvimento e poder, ao mesmo tempo em que criava uma realidade latino-americana, a qual por conta de tamanha exploração e uso, já iniciava uma

caracterização difícil para o avanço, em qualquer que seja o setor, partida de um subdesenvolvimento em retorno do descaso apresentado por aqueles que os colonizaram.

Porém, com a chegada do século XIX, se verificou um início de transformação dessa realidade. O período se definiu pelas independências, impulsionadas muitas pela tamanha exploração que vinha sendo aplicada pela Europa. Diante desse cenário, era lógico de que as potências europeias não iriam ceder seus territórios conquistados de maneira fácil, ainda mais por conta de todos os privilégios que estes geraram durante anos. Nessa acepção, passou a surgir uma nova perspectiva sob essa relação de desprendimento à caracterização de colônias. Um período caracterizado por muita destruição e morte, de grande derramamento de sangue e consequências não esperadas, com resultado certamente não tão satisfatório, em vista não só das guerras existentes para realização dessa conquista, bem como pela realidade pobre e desamparada que resultou. (GALEANO, 2000).

Ainda no início do século XIX, apesar de considerados independentes, as questões comerciais dos países latino-americanos continuaram estando ligadas principalmente as trocas com o império britânico, já que para uma possível salvação do estado crítico em que se encontravam suas economias nesse pós-independência, o giro financeiro que essa relação proporcionava, era mais que necessária. O fato que se concretizou foi que com o avanço da indústria, os antigos reinos coloniais, passaram a se basear em uma relação de vantagem perante a região, uma vez que todas as ações se sucediam em base do liberalismo econômico.

Com isso, por mais que houvesse um desligamento perante as ordens das colônias, criou-se uma característica de disposição de produtos e serviços às potências europeias, baseados nas vontades de suas respectivas burguesias. A existência do capitalismo internacional fez com que sua engrenagem de funcionamento se baseasse no uso dessas conveniências que ainda resultavam das colônias, em base de um mercado polido a esse liberalismo.

Nos primeiros anos do século XIX, verifica-se uma Inglaterra hegemônica e extremamente forte em critério de navegação, a qual prezava cada vez mais pelo fortalecimento do seu potencial mercantil, tendo percebido certa capacidade com um método pelo qual se investia na compra de material primário vindo da região latino-americana. Como a região era constituída por nações fragilizadas, obteriam toda matéria prima necessária por um custo menor ao que já se conhecia e, a partir disso, geraria o impulso para a solidificação de um mercado garantido.

Em torno dessa relação de compra de matérias primas por custo baixo, percebia-se uma vantagem em relação à utilização desse material, especialmente em virtude das questões industriais. E assim passou a se definir a relação comercial entre os reinos coloniais e suas antigas colônias, alastrando-se para as demais nações europeias, além de provocar o interesse de um novo ator, que vinha obtendo destaque além do continente, os Estados Unidos. Essa relação com os países centrais que usufruíam do acesso à industrialização se descreve de modo principal no foco que cativavam ao avanço do seu crescimento industrial e enfatiza a necessidade da relação de permanência desse modelo de comercialização que salienta o consumo. Dessa forma, criou-se um ar de dependência, já que os países latino-americanos que forneciam essa matéria prima necessitavam do dinheiro para simples meio de sobrevivência, e por conta dessa existência de dependência, a construção da imagem de submissão que se tinha aos países de maior poder foi ampliada, juntamente com os interesses que esses Estados confirmavam na região.

Contudo, é inevitável fazer uma ligação à formação latino-americana sem apresentar a importância que se teve com o interesse estadunidense se instalando na região. Isso porque, no início da procriação de participação dos Estados Unidos a respeito de assuntos ligados ao próprio continente, principalmente sobre concepção da América Latina, fatores que constaram como essenciais continuaram de cunho comercial. O maior destaque fica em torno da força adquirida em relação à produção agrícola, na época ditada primordialmente pelo açúcar e pelo café, em prol da permanência do vínculo comercial com o Norte, incluindo países como Brasil e Venezuela. Um dos principais fatos para a inserção por tanto tempo dessa relação, se deu por conta do baixo custo sob a compra desses commodities:

> Nos Estados Unidos, o café proporciona trabalho a mais de 600 mil pessoas: os norte-americanos que distribuem e vendem o café latino-americano ganham salários infinitamente mais altos do que os brasileiros, colombianos, guatemaltecos, salvadorenhos ou haitianos que semeiam e colhem o grão nas plantações. (GALEANO, 2000)

Os Estados Unidos ao decorrer do século XIX adquiriram um papel que acabou resultando na prática do liberalismo, ligando a necessidade de rentabilidade da potência econômica, a qual já estava sendo instaurada ao redor do sistema internacional, juntamente com a permanência da confirmação de sua segurança. Como se sabe, o liberalismo funciona de modo onde se aplica a priorização do funcionamento com mais mercado e menos Estado e, podendo assim dizer, em conveniência a realidade existente sob dominação de mercados em resultado a potencialidade vinculada ao poder econômico, os Estados Unidos conquistavam

vantagem. Assim, tanto os Estados Unidos quanto os demais países ricos e desenvolvidos, apresentaram um histórico que consta um alto protecionismo perante esses países latino-americanos subdesenvolvidos. Desta maneira, o controle sob a região passou a ganhar fortalecimento, levando ao início da prática do imperialismo estadunidense perante a América Latina.

Como afirma o intelectual e diplomata, Henry Alfred Kissinger (2014), a expansão estadunidense pelo continente aconteceu de forma considerável, porém invariavelmente, alegava que suas ações aconteciam de forma não vinculada aos interesses internos, e sim, em prol de um bem maior no qual o Estado estava destinado a perpetrar. O referido como Destino Manifesto se apresentava de maneira em que os princípios e valores americanos seriam de desejo mundial, sempre afirmando positivamente sua aplicação e, por conta disso, tinham a necessidade de repassá-lo.

A partir de então, com o fortalecimento dessas ideias, os Estados Unidos passaram a ter uma visibilidade de segurança e a informação de que seus passos seriam o caminho correto a se seguir acabou sendo repetida aos quatro cantos do mundo, objetivando criar um pensamento de que praticar o contrário seria visto como errado ou ilegítimo.

Deste modo, apesar de se concretizar uma relação de mútua dependência, os Estados Unidos possuíam padrão de vantagem, especialmente pela questão monetária, sendo este o principal problema ligado aos países latino-americanos, como o caso da Venezuela, tendo em vista que, ao revelar-se como devedora, encontrou dificuldades ao lidar com o poder militar vindo dos Estados Unidos, resultando em um vício problemático ao país e dando início a uma divergência entre os dois países que se aprofunda com o desenrolar da história.

2.1.1 Relações Interamericanas no Século XIX

Na concepção do continente americano, se verifica de um lado a existência de uma nação de forte poder político, econômico e militar, que exerce determinante papel influenciador no sistema internacional, enquanto que em sentido contrário, aparece um grupo de nações que ostentam na sua origem um caráter de subordinação, obtendo em sua natureza menor liberdade em tomadas de decisões e escolhas. Segundo o professor graduado em história e mestre em ciência política Gerson Moura (1990), durante a formação do continente, as ações tomadas pelos Estados Unidos possuíram influência direta sob a região, que culminou em mudanças significativas e essenciais para sua concepção.

Na primeira metade do século XIX, a América Latina possuía uma característica interessante do ponto de vista das nações poderosas, especialmente pelo fato da existência de certa instabilidade que pairava sob a região. Essa instabilidade se dava, além do fato de haver forte diversidade cultural, pela existência de rivalidades que ocasionavam regimes políticos bruscamente distintos e diversos. A formação desses países latino-americanos se deu basicamente pela produção da matéria prima, como a agropecuária e os recursos minerais. Sendo assim, a região acabou se caracterizando como produtora de bens primários, e por conta disso, passaram a manter-se em função de países mais industrializados. Criou-se, ademais, uma ideia de dependência em relação aos países que obtinham maior capacidade no ramo da tecnologia (superpotências como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e França), resultando no início de trocas comerciais, na qual os países latino-americanos forneciam esses bens primários e, em contrapartida, faziam compras dos materiais industrializados, já que não obtinham a tecnologia para essa industrialização e muito menos os recursos financeiros necessários para implementá-la. (MOURA, 1990)

Apesar desse novo caminho que se iniciou para os países latino-americanos, o impulso na economia foi insuficiente. Dessa forma, o fluxo econômico passou a se caracterizar pela (difícil) iniciativa de investimentos vindos de fora ou, principalmente, por empréstimos. Assim, o favorecimento atingiu apenas alguns grupos de influência e setores específicos. Essa seletividade no benefício, que gerou o novo rumo da economia, acabou resultando no aumento da desigualdade. E com esse novo alto índice, veio também a insatisfação política por conta dessa dificuldade de uma consolidação econômica.

Como explicam o historiador Amado Cervo e o professor Clodoaldo Bueno, na sua obra em conjunto “História da Política Exterior do Brasil” do ano de 1992, no pós-independência, a América Latina ainda se apresentava muito afetada pela política econômica imposta pela Europa sob região por muito tempo, em razão de ser o motivo da garantia de toda influência conquistada pelos impérios europeus relacionado a assuntos internacionais, bem como o seu controle. Da mesma forma que ao se consolidar com uma hegemonia coletiva, compartilhavam entre si o desejo de permanência desse modelo de influência junto as vantagens que foram construídas com o passar das décadas, formando uma solidificação desse modo de sistema. Em contraponto a esse modelo consagrado, passaram a surgir reações resultantes do choque de interesses e com a destituição do império de Portugal e Espanha na América, foi-se percebendo um lado mais fraco dentro da realidade europeia, essencialmente com a criação de grupos diversos de bases militares como o caso da Santa Aliança e

Quadrupla Aliança em 1815, as quais separaram por vez os rumos políticos, ideológicos e econômicos que iriam se proceder.

Da mesma maneira, porém sob uma prospecção diferente, relata o professor e historiador gaúcho Voltaire Schilling (1984) que, por mais que algumas ex-colônias já tivessem declarado suas independências e estavam ingressando em seu próprio modelo de regimento, algumas controvérsias sob a situação começaram a aparecer, como acontece no caso da Espanha no ano de 1823, quando manifestou sua intenção de retomada as suas antigas colônias pelo continente americano. Esse episódio, aliás, foi um dos motivos pelo qual se constatou o verdadeiro poder que os Estados Unidos estavam constituindo no sistema internacional. Com a expansão dessa nova intenção, o clima sob o continente acabou se tornando tenso, principalmente por conta dos princípios que os estadunidenses se propunham a seguir e, por consequência, implantar sobre o continente em geral, que eram basicamente defensivos. Além da relação duvidosa que já existia entre a potência estadunidense e as potências europeias diante da disputa de interesses no âmbito internacional em questões econômicas, com a possível intromissão de qualquer uma dessas nações ao continente americano, o caso ficou mais dramático. Nesse contexto, "Os Estados Unidos se colocavam como protetores das nações latino-americanas recém emancipadas, repudiando qualquer intervenção armada programada [...]" (SCHILLING, 1984, p. 13).

Desse modo, no mesmo ano de 1823, teve-se o surgimento da Doutrina Monroe, de maneira que o governo basicamente passou a agir de maneira que "1°) os EUA não permitiriam a recolonização da América pelas potências europeias; 2°) os EUA defenderiam o direito dos povos americanos à autodeterminação nacional." (MOURA, 1990). No entanto, a realidade era diferente àquela que o governo estadunidense alegava, sendo que pelo fato existente, a possibilidade de alguma defesa praticamente não existia. Em verdade, tudo se deu pela "necessidade" dos Estados Unidos de exercer o seu papel como "defensor" da América Latina, sendo esse o meio mais oportuno para a solidificação das suas intenções de afastar qualquer Estado Europeu de agir na região e poder prosseguir conforme seus próprios interesses. (MOURA, 1990).

Realçado pela mestre e doutora em Relações Internacionais Leticia Pinheiro (2004), analisando a realidade obtida com a implantação da Doutrina Monroe, pode-se concluir que foi a sua jogada principal de meio defensivo para barrar qualquer possibilidade de imperialismo europeu.

Por outro lado, o surgimento do Destino Manifesto foi a concretização de que o rumo da política externa estadunidense iria obter outras metas. Com isso, passou-se a acreditar que a expansão estadunidense era além de necessária para seus interesses, soava como uma "obrigação", alegando sempre sua base na ordem e na moral. No fundo, acabava por manter seu caráter de interesse político e comercial, e as estratégias nas quais foram tomadas para essa expansão do Estado além das fronteiras já obtinham essa característica de aumento de poder, e assim se fez (MOURA, 1990). O maior ponto de avanço durante esse período se deu para o Oeste, onde a ideia primordial se constituía na absorção e incorporação do maior número de região que pudesse atingir. A ideia do Oeste era vista de forma mais vantajosa aos interesses que o Estado obtinha no momento, tendo em conta a potencialidade baseada na terra. O Destino Manifesto era não menos que um novo tipo de imperialismo ao qual se propagava pairado a uma tentativa de boa impressão.

Em vista desse avanço a novas regiões, entra em questão a existência do Texas, na época território pertencente ao México, porém caracterizado pela presença de diversos estadunidenses que migraram para a região em face de um fortalecimento das suas respectivas condições econômicas. Entretanto, a partir de 1825 com a abolição da escravatura e o não reconhecimento por parte desses estadunidenses, o ambiente passou a se tornar de apreensão, uma vez que não aceitavam os modelos e decisões que eram impostas pelo México. Dessa forma, essa situação resultou em um apelo ao governo estadunidense para sua anexação, já que os próprios pertencentes ao território texano se consideravam independentes em relação à região mexicana, tendo a solicitação atendida pelo então presidente Tyler no ano de 1845. Não obstante, a reação para essa ação não poderia ser outra além de um embate entre os países, tendo em vista que em nenhum momento o México havia concedido tal realização. Em decorrência disso, ambas as forças foram acionadas, com destaque para as tropas americanas, que além da proteção as fronteiras texanas, expandiram-se para a ocupação da Cidade do México como também de um porto mexicano, de modo que, por fim, o país mexicano acabou cedendo às ações. O resultado, então, foi a formalização de um tratado que deixou claro a prevalência dos Estados Unidos e a fortificação da ideia na qual o México passou a manter desgosto pelo país vizinho.

No mesmo tempo em que se tinha o sucesso almejado por terra com o apoio do Manifesto somado ao sucesso no México, a política de Open Doors existia pelos mares. A intenção era a expansão, e por conta disso, a melhor visão para dominação americana vinha em torno do seu avanço ao Oriente, especificamente a China. (ANDERSON, 2015) O foco

estava em torno do avanço e assim foram tomadas mais ações. No tempo em que aconteciam enfraquecimentos sob a região central, o imperialismo se propagava. Sobre isso, Schilling afirma que:

> Com o desmantelamento das Províncias Unidas de Centro América entre 1838/9, emergem cinco pequenas repúblicas: *Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Costa Rica.* Este esfacelamento político da região estimulou interesses forâneos a obter concessões comerciais, viárias e de mineração. (SCHILLING, 1984)

De natureza em resposta à situação, teve-se a percepção da vantagem que havia na região em questão de ligação de canais e rotas, tanto para comercialização quanto para a mineração, contando com o fato de que a comunicação entre países e especialmente continentes, era algo muito difícil para a realidade, e que no surgimento de qualquer oportunidade para um favorecimento deste, iria se aproveitar, já que condiz com o próprio interesse.

Figura 1- Zona Central de interesse dos Estados Unidos.

Fonte: Enem Universia. 2018.

Do mesmo modo, com a potência militar que os Estados Unidos se tornaram, a força de seu exército passou a agir em âmbito internacional, a fim de garantir seu domínio no lugar cobiçado. Diante disso, encaminharam sua marinha para o início da sua intervenção tanto sob os países centrais como pelo domínio do Mar do Caribe.

Todavia, os Estados Unidos não explicitavam suas reais intenções sob esse avanço e expansão, voltando-se a ideia do Destino Manifesto, a qual garantia e pregava que o país possuía missão civilizatória para o restante do continente. Com o passar do tempo, foi se instaurando a ideia de que o modo de vida americano, sua civilização e seus costumes, seriam

o parâmetro a ser adotado pelas demais nações, e isso passou a ser usado em discursos expansionistas como forma de popularizar a percepção da veracidade de suas ações.

2.1.2 Relações Interamericanas no Século XX

Na última década do século XIX, um fato marcou as relações dos Estados Unidos com o restante do continente: o início das Conferências Pan-americanas, em 1890. Como ressaltam Cervo e Bueno (1992), esse ar de pan-americanismo surgia em torno do interesse estadunidense, e algumas conferências que se sucederam pelos países americanos confirmaram essas intenções, porém, o que realmente se alegava era a tentativa de uma maior união e cooperação interamericana:

> Em torno dessa proposta, organizaram-se as Conferências Pan-Americanas: de Washington (1889-1890); do México (1901-1902); do Rio de Janeiro (1906); de Buenos Aires (1910); de Santiago (1923); de Havana (1928); de Montevidéu (1933); de Lima (1938) e de Bogotá (1948). (DULCI, 2008).

A partir do século XX, além de seu fortalecimento, as intenções norte-americanas ficaram mais claras perante o desenrolar de suas ações. Com o poder que exercia por conta de sua soberania, tudo o que se procedia, convinha, é claro, em prol de seus interesses internos, pois "reorientavam a sua política exterior para a América Latina" (CERVO; BUENO, 1992).

Por sua vez, nesse período de transformação que a região passava, do lado dos países latino-americanos se verificava o forte desejo de aceleração do processo em torno da sua civilização e de sua entrada ao sistema internacional. Almejava-se, assim, o início de uma era moderna, a fim de que acontecesse o desenvolvimento como se percebia nas nações europeias, por exemplo. Na conjuntura de acontecimentos das conferências, pode-se destacar o início de tudo presente em Washington. Tinha-se, portanto, uma visão de potencial muito boa vinda dos comerciantes estadunidenses sob a ideia de expansão de seu mercado pelo incentivo à industrialização que se teria.

Assim, por intermédio da conferência, buscaram instituir uma união aduaneira com o fito de que essa vantagem pudesse ser concretizada. Porém, no decorrer da conferência, entre 1889 e 1990, constatou-se uma divisão vinda dos países da região, como a Argentina, que foi contra as propostas estadunidenses.

Por fim, com a negação da proposta apresentada, gerou-se um ar de dúvida sob a efetividade que a diplomacia estadunidense tinha sob a região latino-americana. (DULCI, 2008).

E com a chegada da Conferência do Rio, confirmou-se o ar comercial que se tinha em volta das intenções norte-americanas sob as conferências. “Foi a primeira vez que um Secretário de Estado estadunidense participou de uma Conferência Pan-Americana.” (DULCI, 2008).

Desse modo, resultou no fortalecimento dessa prioridade de relações comerciais e esse novo rumo junto a uma aliança com os Estados Unidos era vista de maneira que só traria benefícios. Contudo, reconhecia-se um subsistema criado e coordenado pelos Estados Unidos ao mesmo tempo em que se alegava que o continente se baseava na paz e liberdade, longe das realidades de guerra as quais assombraram o resto do mundo. (CERVO; BUENO, 1992).

Apesar do início dessas tentativas de cooperação, com a crise de 29, a região encontrou-se mais uma vez à deriva da sua dependência da economia dos Estados Unidos. Isso porque, as ações tomadas pelos Estados não foram suficientes para a regularização da situação que se desenvolveu na região. Com o surgimento da política da boa vizinhança durante o governo de Roosevelt em 1933, o foco não ficou explicitamente apenas no uso da força e no intervencionismo, passando-se a agir de forma menos branda. Não deixariam de continuar com suas intenções em prol aos seus interesses, nas quais se mantinham as mesmas, mas usariam ferramentas políticas e econômicas em favor da igualdade das nações pertencentes ao continente americano para terem uma igualdade jurídica sendo reconhecidas.

Os conjuntos de problemas oriundos dessas regiões acabaram exigindo maiores esforços vindos dos Estados Unidos no que se refere à sua coordenação e conduta de boa vizinhança, o que resultou na criação do Birô Interamericano:

> De acordo com as definições oficiais, o objetivo do Birô era ‘formular e executar um programa para aumentar a solidariedade hemisférica e fortalecer o espírito de cooperação interamericana’. Foi essa a ‘mensagem’ que o Birô transmitiu à América Latina durante seus anos de vida. (MOURA, 1990)

A necessidade que o governo estadunidense tinha para garantir boa impressão no continente fez com que tomassem uma série de medidas econômicas na tentativa de reestabelecer as economias da região. Deste modo, além de garantir a ideia da veracidade da política da boa vizinhança e que realmente ocorreu a troca da forma das ações expansionistas, ao mesmo tempo fortaleceriam ainda mais a ideia de solidariedade existente. Dessa forma, percebeu-se um grande incentivo na compra dos materiais agrícolas e minerais que a região proporcionava, juntamente com o intuito de fornecer informação e conhecimento para o fim de conter ainda mais a presença de qualquer ideia europeia no continente, como acontecia na época com a proliferação da ideologia nazista, por exemplo. Contudo, para Moura (1990), o

Birô não passava de uma tática estadunidense para uma colaboração maior da existência da sua coordenação na região. As ações tomadas e os programas criados perante esse tempo tinham a intenção de favorecer a solidificação da segurança dos Estados Unidos e com essa coordenação apropriada, conseguiam manter as atividades sob sua percepção, em todos os possíveis aspectos de ameaça, como também culturais e comerciais, logo, manteriam sua posição.

Por um lado, se verificava uma região fragilizada e que logo percebeu sua necessidade de cooperação, razão pela qual deu-se início a diversas tentativas de organizações diplomáticas, embora haviam fortes diferenças regionais. De outra parte, havia certamente um Estado muito mais poderoso em decorrência de sua capacidade econômica e militar, que agia em prol de seus interesses comerciais em cima da região, e que francamente resultavam em benefícios somente ao lado mais forte. Além disso, sempre agia para a permanência dessa relação bilateral e deixava claro que não obtinha controle ou receio de usar suas instâncias. (MOURA, 1990)

Para Perry Anderson (2015) um forte ponto a ser destacado durante essa discussão da relação interamericana seria o papel que desempenhou durante a Segunda Guerra, uma vez que é inegável que os Estados Unidos atingiram o máximo da sua supremacia de poder mundial por conta do período da Segunda Guerra. Com toda a influência já apresentada pelo desejo de coordenação estadunidense na região, durante o período da guerra, pode-se perceber um aumento na característica das nações latino-americanas permanecerem dependentes das ações econômicas vindas do Norte. A região obtinha caráter de dependência sob as ações exteriores, e por conta disso, obtinha uma economia dependente de compras externas e uma política associada à permanência dessa realidade. Com isso, durante esse período, a movimentação econômica e por consequência também a financeira, passou a ficar sob os ordenamentos de necessidade estadunidenses, principalmente pelo desenvolvimento da compra de materiais estratégicos para suas ações que passaram a ser necessários ao país. Toda distribuição e controle passaram a ser de comando dos Estados Unidos, onde partiram das cartadas econômicas e expandiram para ações militares e políticas. As direções que se seguiam os ordenamentos estadunidenses, em sua maioria, caminhavam de acordo com o que o ambiente interno necessitava e isso era definido por seu sistema político, tudo acerca de uma grande estratégia que obtinham em relação ao mundo. A partir do sucesso que o governo estadunidense alcançou ao final da guerra, as intenções mudaram de direção, tendo percebido que o poder que conseguiram conquistar em uma região apenas, poderia se expandir para todo

o globo. Levando-se em conta que uma parte do globo estava desastrosamente afetada pela guerra, os Estados Unidos com uma hegemonia indiscutível, precisava garantir sua capacidade de influência principalmente aos mais desamparados naquela ocasião.

Como afirma Moura (1990), com todos os acontecimentos devido a segunda grande guerra e a mudança de prioridade estadunidense para uma questão de disputa ideológica com a URSS, declarada seu competidor claro, a América Latina passou a ser o último plano, onde se tornando a grande potência que se tornou, iria agir ainda mais em prol de seus próprios interesses.

Para Letícia Pinheiro, em torno da parte ocidental, as ações dos Estados Unidos durante esse período se deram basicamente pelo reforço da sua segurança, garantido sua permanência e criando novos meios de defesa para que não surgisse nenhum novo tipo de ameaça perante o Estado potencial que se tornou. (PINHEIRO, 2013). Um dos exemplos sob essas conferências e esses novos caminhos para o continente, se deu anteriormente em Havana no ano de 1940, na qual se chegou a um acerto de cooperação mútua no continente, alegando que qualquer Estado não americano que agisse contra a integridade ou violasse direitos de outro Estado americano, por exemplo, iria ser considerado como agressão a todos os Estados americanos em geral, criando um ar de solidariedade coordenado pelo Norte. (PINHEIRO, 2004). Nesse contexto pós-guerra, mesmo que não surgisse um possível ataque de algum inimigo, suas intenções eram em prol desse fortalecimento da segurança. Passaram, portanto, a agir em função de questões militares e a articular em relação a América Latina, uma região segura e amistosa, que não promovia qualquer tipo de incômodo ou ameaça à segurança tanto externa quanto interna dos Estados Unidos. As ideias difundidas naquele período, além da iniciativa contra a ideologia russa, se deram também com o combate às concentrações antiamericanas que passaram a existir, tudo, é claro, em vista da sua própria defesa. Em resultado, os países latino-americanos passaram a adotar o modelo de militarismo estadunidense, em função da relação bilateral existente, tendo a potência americana acertado um fornecimento de armamento e treinamentos dos oficiais para as missões no continente. (MOURA, 1990) E como consequência dessa situação, durante a Conferência do Rio em 1947, ocorreu a formulação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR:

> Esse tratado dizia que ‘um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado um ataque contra todos os Estados americanos’. Não havia, porém, àquela altura, qualquer sinal de agressão ou ameaça de agressão externa contra qualquer Estado americano. (MOURA, 1990)

Dessa forma, ficou claro que as decisões sobre a criação do tratado eram divergentes em relação às que foram propostas, onde até mesmo alguns chefes militares alegaram que era "um instrumento para garantir a segurança do hemisfério ocidental e nosso acesso aos recursos do hemisfério." (MOURA, 1990). Assim, com sua intenção esclarecida, pode-se perceber que sua efetividade se deu pela garantia da continuação do fornecimento das matérias primas que eram necessárias para o Norte, assim como a utilização da região tanto em questão de estratégia militar como permanência da "estabilidade" política que os mesmos proporcionavam. Diante dessa realidade existente consubstanciada na dependência dos Estados Unidos no tocante à defesa do hemisfério, surgiu a necessidade da criação de uma instituição permanente para a discussão das políticas de segurança do continente, e assim se fez em 1948 com o nascimento da Organização dos Estados Americanos. Com a existência da OEA, se tornou mais "aceitável" as tomadas de decisões americanas sem que aparentasse uma espécie de intervencionismo descarado, tendo em vista que, em razão dos Estados Unidos serem a maior e mais forte nação em diversos setores, usufruíam de maior poder nas tomadas de decisão dentro da organização. Vinculados a necessidade do combate a ideologia comunista, se criou inclusive um sistema dentro do sistema já existente, onde as ações eram coordenadas pelos Estados Unidos e, dessa forma, passou a funcionar.

Nesse contexto, os países latino-americanos passaram a agir em prol de uma mudança econômica para a região, onde focava mais na proteção do mercado interno juntamente com um avanço na industrialização. Dessa forma, para que esse novo ponto passasse a ser praticado, a solução em vista seria empréstimos oriundos de um Estado no qual pudesse oferecer amparo às ações desejadas, o que resultou na tentativa de captar os Estados Unidos como fornecedor. Porém, o resultado desejado não foi alcançado, uma vez que o governo americano insistia na permanência dos princípios de Bretton Woods. A resposta dos Estados Unidos, que já era prevista, foi alegação de que sua prioridade era a reconstrução da Europa, deixando claro, portanto, que os países latino-americanos não poderiam considerar o apoio esperado.

Para Letícia Pinheiro (2013) os Estados Unidos acabaram mantendo sua linha de posição, em um modelo de mercado de competição, sua capacidade econômica iria sempre se sobressair. Em contraponto, surgiam as nações latino-americanas com o desejo de deixar a característica de exportador de bens-primários, buscando-se o rompimento dessa característica de dependência, com apoio fornecido pelos estudos da CEPAL. Esse papel fornecido foi extremamente importante para uma nova concepção de qual era a identidade latino-

americana. Havia uma diferenciação dos países desenvolvidos, porém, se necessitava de um destaque às características dos países latino-americanos a ponto de emergir diretamente com seus respectivos papéis no sistema internacional. Contudo, apesar da iniciativa para a mudança, os efeitos esperados não aconteceram, tendo em vista que o poder monetário necessário para o incentivo à industrialização e ao avanço a tecnologia estava nas mãos americanas e estes não cederam à vontade alheia.

A região era recheada de diversidades, tanto culturais quanto de cunho político, e ao mesmo tempo em que os países buscavam seu fortalecimento em relação à democracia, ainda se mantinha um amedrontamento no tocante aos conflitos sociais e a dificuldade de diálogo diante da população. O resultado sob as limitações que foram impostas pelos Estados Unidos a esses países tornara-se drástico. Consolidando a superpotência que se tornaram ao final da Guerra Fria, a importância estratégica estadunidense sob a região latino-americana direcionava-se em seus intervalos, tendo menor significância. Seu principal motivo de relação com a região seria a necessidade de conquista de espaço de influência e que, por sua vez, já havia sido alcançado certo conforto perante isso.

Como explica a professora de Relações Internacionais e doutora em ciência política Cristina Pecequilo (2001), no que diz respeito ao continente americano, voltaram a reafirmar o que já era de conhecimento desde a Doutrina Monroe "como sua zona preferencial de influência, preservando-a para a expansão de seus interesses econômicos e políticos, excluindo a possibilidade de penetração do território por outros poderes estrangeiros." Apesar dessa declaração ocorrida pela primeira vez e depois de anos de ações subentendidas as quais eram baseadas no intervencionismo, passaram a tentar buscar uma cooperação real, mas que para muitos, continuava sendo vista como seu centro, era mais um meio para ações de interesse único estadunidense, mas nesse caso, visava resultado global. Pode-se concordar que essa nova ação veio de uma perspectiva diferente, mas não podendo alegar interesse ingênuo na relação. Em contrapartida, a mudança de sua prioridade era clara, porém relativa, pois a região continuava a se manter como uma zona de interesse, ao mesmo tempo em que para que os Estados Unidos conseguissem alcançar o mesmo nível de influência sob o resto do mundo moderno como o novo desejo, as dificuldades seriam muito maiores, o que resultou na não total desistência de ações sob a região. Desta maneira, assumiram novamente o compromisso de manter a preservação do continente, como já vinha sendo feito, alegando que seria de interesse e responsabilidade dos mesmos, em prol da proteção do equilíbrio garantido em 1945 com o fim da guerra. (PECEQUILO, 2001).

A partir de então, gerou-se uma extensão de críticas ao que seria realmente vantajoso junto a essa nova ligação aos Estados Unidos, e com isso o que mais se buscava por parte das nações latino-americanas, além da preservação da paz, era o poder de aproximação dentro da própria região.

Com essa nova caracterização devido a aproximação, passaram a planejar novas estratégias para problemas internacionais comuns que presenciavam. Tais estratégias vinham em consonância com os projetos implantados, os quais funcionavam de maneira semelhante a seus projetos políticos.

Em relação a isso, surgiu uma tomada de ações do governo estadunidense frente a "ameaça" que pairava sobre Cuba. Em torno dessas ações, os Estados Unidos proporiam uma reforma na estrutura social da América Latina. Entretanto, as ações em face da região passaram também a ser de cunho de segurança, para que pudessem manter os vínculos existentes sem restrições. (PINHEIRO, 2004)

Para a autora, apesar dessa desconfiança sobre a nova tentativa de cooperação vinda dos Estados Unidos para os países latino-americanos, o que se percebeu foi o afastamento do medo que vinha existindo na América Latina consubstanciado no seu esquecimento perante ao sistema global. Com a crise vivenciada nos anos 80 pelos países latino-americanos e em decorrência de seus efeitos principalmente ligados às dívidas externas e a necessidade de redemocratização, se consolidou como favorável esse novo pensamento pró-americano para a região. Um ajuste das políticas norte-americanas junto aos problemas do Sul, era a talvez única saída que a região teria para modificação da realidade vivida. Para essa estabilização econômica, o modelo a ser seguido foi o sugerido a partir do Consenso de Washington, pregando que para sua reestruturação, necessitava-se da aplicação das regras do capitalismo internacional, baseando-se em reformas de setores públicos e privatizações.

Segundo Sicsú (2017), a necessidade dessa aplicação se deu pela "moda" da maximização de lucros, resultando em concentração de renda e riquezas. Dentro desse modelo, o que era mais forte, só tendia a se fortalecer ainda mais, dando destaque aos bancos e multinacionais, e como consequência desse modelo, surgia a divisão das classes, fomentando ainda mais a desigualdade, bem como criando realidades diversas e distintas. A força do capital, portanto, se tornou fortalecida ao ponto de invalidar possíveis lutas políticas que vinham em contrário a esse modelo, resultando em trabalho direto a democracia e a liberdade que ainda se tinha sob os processos eleitorais, tornando-se o capital um novo ator a participar desse contexto.

Esse interesse de ações econômicas em forma de cooperação regional, mostra também outra vertente além da mudança de cunho político conforme apresentada anteriormente e porta-se de maneira vantajosa para as questões comerciais norte-americanas. A região caracterizava-se como uma expansão de mercado, onde em um sistema que estava se consolidando na formação de blocos, os Estados Unidos viram-se ameaçados no que se refere a perda do espaço perante a indústria e assim a região latino-americana servia como a garantia de possibilidade de extensão e liderança do mercado. Dessa forma, a intenção dos Estados Unidos sob a região vinha em busca da parte de negócios e oportunidades, mesmo expressando essa vontade de extensão como citado anteriormente, suas a ções em nenhum momento obtiveram intenção de integração. O que poderia se considerar como algo a mais em questão de integração seria posteriormente com a implementação de organizações internacionais, a exemplo do NAFTA. Porém, além do NAFTA conter a participação apenas do Estado Mexicano, há críticas existentes sobre sua funcionalidade e efetividade até os dias de hoje, após 20 anos de sua fundação.

Em decorrência disso, já no governo do presidente John Kennedy, criou-se um programa de assistência ao desenvolvimento incentivado principalmente pelos Estados Unidos, que restou confirmado com a assinatura da Carta de Punta Del Leste em 1961. O objetivo era uma transformação no continente americano, que deveria ir além de apenas ideias, contando com a junção de esforços para definição de planos de desenvolvimento que ficava por conta do financiamento americano, tendo sido chamado de Aliança Para o Progresso.

Segundo um texto publicado no site da Fundação Getúlio Vargas, os Estados Unidos perante essa situação, expressou sua disposição a troca do modelo político tradicional aplicado, buscando um foco ao incentivo do desenvolvimento econômico e social da região. Em seguida, se comprometeram pela criação de um fundo ao qual forneceriam essa ajuda monetária para os fundos públicos, além do benefício às ações sociais. Contribuiriam, ainda, como auxílio também a parte de cambiais, onde implicava no resultado das exportações e no fim direto a sustentação das economias. Por conta dessa nova vertente para a perspectiva do continente, criou-se novamente um ar de esperança sob as nações latino-americanas na espera dessas mudanças que seriam significativas para o rumo dos países ali pertencentes.

Na tentativa de colocar em ação seus projetos, a Aliança durou apenas 10 anos. Ao passar dos anos de sua existência, surgiram-se algumas dúvidas sobre qual seria sua real funcionalidade, destacando-se os problemas existentes na sua estrutura e efetividade. Como

destaca Moura (1990), o papel da Aliança surgiu como um método de fortalecimento aos governos pró-americanos e como afronta aos que eram contra a esse modelo.

Contudo, ao mesmo tempo, a região se caracterizava pelas mudanças locais de cunho político, cada vez mais resistentes às ações norte-americanas sob a região. Por conta de certa não existência de reciprocidade a essas ações por parte de algumas nações, tornou-se mais difícil a aplicação de projetos e participações americanas, como por exemplo a ideia de um reformismo sobre programas e organizações criadas no intuito de ajudar a região sul do continente, como o TIAR e a OEA. O início do fim das políticas de alinhamento estadunidenses se deu por conta da ascensão da ideia de política esquerdista pela região, e como exemplo mais claro e ilustrativo disso, pode-se considerar o progresso de Hugo Chávez na Venezuela.

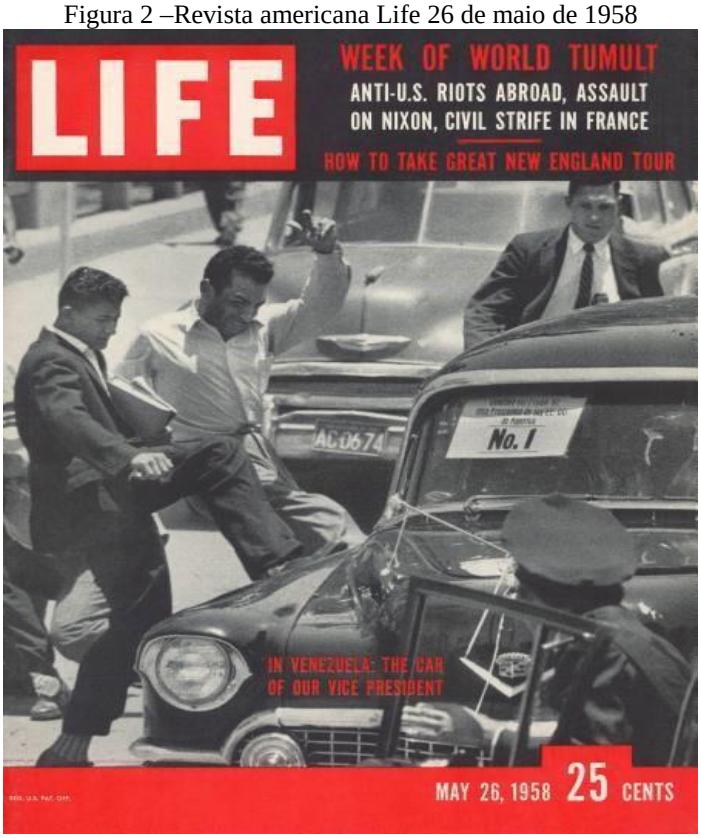
Com a entrada do século XXI, percebe-se o início de um enfraquecimento perante a relação entre Estados Unidos e América Latina comparado aos anos anteriores. Como informado, após o fim da Segunda Guerra, criou-se um ar de oportunidade sob a América Latina seguido por algumas tentativas de cooperação e ajuda à região perante os principais problemas encontrados – os econômicos e sociais –, todavia, o envolvimento em resposta a essa causa foi se enfraquecendo e a participação em resposta neoliberal da região tornou-se uma extensa fonte de problemas. Desta maneira, em decorrência desse fracasso, os países latino-americanos passaram a reavaliar o caminho que estava se seguindo em contato a suas políticas. (PECEQUILO, 2013).

2.2 ESTADOS UNIDOS E VENEZUELA NAS RELAÇÕES INTERAMERICANAS CONTEMPORÂNEAS

Apesar de haver um “subsistema” bem coordenado pelos Estados Unidos devido a sua série de ações para a promoção dessa realidade, no ano de 1958, a visita do então vice-presidente Richard Nixon à América Latina, não ocorreu da maneira esperada, gerando um abalo nessa relação bilateral existente entre Estados Unidos e América Latina. Durante essa visita ocasionada pela tentativa de melhoria das relações públicas dos Estados Unidos, a presença de Nixon não gerou grandes reflexos na maioria dos países latino-americanos, ao contrário da Venezuela, que sentiu com intensidade essa ida à região. Considerando-se que a Venezuela vinha de um recente governo brutalmente ditatorial, que possuía a seu favor apoio estadunidense, as consequências oriundas dessa realidade vivenciada não apresentavam o melhor momento para tal presença no país. Por conta desses rastros deixados pela ditadura

Jimenez, não existia nenhuma estabilidade ou clima político na Venezuela, logo, a presença do vice-presidente acabou se tornando extremamente incômoda, sendo que após tanto tempo sob a perspectiva de uma ditadura que gerou várias censuras, o momento era o menos político possível. Assim, a visita de Nixon acabou gerando revolta por parte da população, tendo sido alvo de reprovação. Nixon recebeu vaias e ataques durante sua locomoção após a chegada ao aeroporto. (MOURA, 1990). Como mostra o site Venezuela em Retrospectiva (2016), com a chegada do vice-presidente, manifestações também aconteceram, principalmente com presença de estudantes, com faixas que descreviam: *Fuera Nixon*. Assim também retratou a extinta revista americana *Life* em sua capa no dia 26 de maio de 1958, seguida de várias fotografias sobre a ocasião:

Figura 2 –Revista americana Life 26 de maio de 1958



Fonte: Venezuela en Retropectiva, 2016a.

Figura 2 – Manifestação de estudantes na visita do então vice-presidente Nixon

Fonte: Venezuela en Retrospectiva. 2016b.

Figura 3 – Ataque ao carro do vice-presidente Nixon em sua primeira visita a Venezuela

Fonte: Venezuela en Retrospectiva. 2016c.

A reação do governo americano perante essa situação, é claro, não seria diferente, e assim foram encaminhados seus soldados militares para garantir a saída segura de Nixon do país e ficar a postos caso fosse necessário algum tipo de resgate. Esse resultado malsucedido e dramático da visita culminou por gerar um tom de reprovação em toda a América Latina e, por conseguinte, deparou-se com a necessidade de uma revisão sobre a política norte-americana que vinha sendo praticada na região.

Relacionado as questões internas venezuelanas perante a resposta das crises conhecidas pela região, apesar de uma relação comercial em base de petróleo fornecido através da PDVSA, não foi o suficiente para garantia de qualquer estabilidade que poderia ter sob qualquer crise ocasionada. Obtendo um histórico de governos que além de possuírem verídicos casos de corrupção por conta do estouro aproveitado com o início da era de ganhos com petróleo, baseavam-se em gastos excessivos. Portanto, o país encontrou-se em uma situação crítica de endividamento e, por conta disso, resultou diretamente na vida dos indivíduos venezuelanos.

O governo se mostrava incapaz de solucionar o problema causado na vida dos cidadãos venezuelanos ao mesmo tempo em que as ações externas não colaboravam para uma possível recuperação. A crise não se instalava apenas sobre a Venezuela, mas também se encontrava em toda a América Latina, onde cada Estado descobria seus dilemas cada vez mais presentes, embaraçosos e longe de solução.

Devido a nova avaliação necessária que a região estava executando perante suas políticas, a ideia da esquerda surgiu como uma forma atrativa para ir em sentido contrário ao que sempre foi efetivo para a região. A figura de Hugo Chávez ganhou força a partir da sua ideia reformista sob o Estado. Ele pregava um novo tipo de Socialismo para o Século XXI, afirmando sua política anti-hegemônica e anti-neoliberalismo:

> Embora não rompesse laços com os norte-americanos, uma vez que os Estados Unidos são os maiores compradores de petróleo venezuelano, Chávez apresentou alternativas à visão dominante, com forte investimento em políticas sociais de ajuda, combate à fome, assistência médica a acesso à educação. (PECEQUILO, 2013)

Como relata Fukushima (2010) em seu estudo, a situação a qual se encontrava a Venezuela era o cenário mais que propenso para a ascensão de Chávez. O problema venezuelano ia além de apenas econômico, a irresponsabilidade dos governos anteriores sob a gestão financeira acabou se tornando um complexo e grave problema social e político. O sistema político venezuelano era considerado insustentável ao mesmo tempo que se obtinha uma população descrente ao futuro da nação, apresentavam-se largos números de abstenção para eleições e quase inexistente participação popular a qualquer assunto democrático/político que fosse, já que os partidos tradicionais não se sustentavam mais.

O Movimento Bolivariano foi a fortificação para a figura de Chávez. Com a força do Movimento, em 04 de fevereiro de 1992, ocorreu uma tentativa de golpe de Estado que alegava ser diferente ao histórico de golpes tradicionais e visava acabar com as milícias existentes dentro do poder e a corrupção. Após esse acontecimento, Chávez foi preso e assim ficou até o ano de 1994, mas antes do ocorrido, deixou um breve discurso sobre a situação:

> Antes de tudo, quero dizer bom dia a toda população da Venezuela, esta mensagem bolivariana é dirigida aos corajosos soldados que estão no Regimento de Pára-quedas de Aragua e na Brigada de Valência: Camaradas, infelizmente, por agora, os objetivos que nos propusemos não foram alcançados na capital. Ou seja, nós aqui em Caracas, não podemos controlar o poder. Vocês fizeram bem por lá, mas é hora de evitar mais derramamento de sangue. Já é hora de refletir, novas situações virão e o país deve estar definitivamente caminhando para um destino melhor. Então, ouça minha palavra. Escute o Comandante Chávez, que envia esta mensagem para que, por favor, reflitam e abaixem suas armas, porque, na verdade, os objetivos que estabelecemos para nós em nível nacional, é impossível para nós alcançá-los.

> Companheiros, escutem esta mensagem sólida. Agradeço a vossa lealdade, agradeço a vossa coragem, o vosso desapego e eu, perante o país e perante vós, assumo a responsabilidade deste Movimento Militar Bolivariano. Muito obrigado. (MBR 200, tradução nossa).

Deste modo, ao assumir a responsabilidade do acontecido para si, a popularidade de Chávez aumentou, e aí se deu início a sua disputa presidencial, levando em consideração dois fatores aos quais a população necessitava no momento: a diferenciação e crítica aos governos anteriores e o fator de que como Chávez fez parte das Forças Armadas venezuelanas, obtinha além de papel da força, o da confiança, um homem forte e corajoso para o poder. Assim, a população se convenceu de que essa seria a melhor saída para os seus dilemas.

Com a sua saída da prisão em 1994, vislumbrou-se à época um cenário político extremamente favorável para o impulso que necessitava no caminho a ser seguido com sua intenção "antissistema", ganhando carisma e consolidação de favorecimento da opinião pública. Com tal característica, Hugo Chávez se sentiu confortável e levou como pretexto para sua candidatura política no ano de 1998. Lançou-se incluído junto ao partido Movimento V República, de sigla MVR, e a partir daí regia sua candidatura em vias diretas em relação a políticas sociais, em decorrência do seu desejo de mudança da realidade presenciada pelo país; a força militar, que surgia em torno em razão da sua carreira como militar, mas também com embasamento que se sucedeu após a tentativa de golpe em 92; e o fortalecimento importante da esquerda venezuelana. No decorrer de sua campanha, conseguiu apoio de empresários e até alguma parte da classe média, pois alcançou uma imagem de modo que não se mostrava um candidato radical e sim, um candidato de coragem que enfrentaria tudo o que fosse necessário para que o rumo da Venezuela seguisse em sentido contrário ao que já se tinha visto, especialmente em relação ao antigo regime. Assim, com a campanha eleitoral sendo definida naquele mesmo ano em dezembro, Chávez foi eleito com 52,6% dos votos e assumiu o poder no dia 02 de fevereiro de 1999. Então, com sua vitória garantida pela eleição, iniciou-se o enfraquecimento das forças políticas tradicionais venezuelanas e o cenário passou a se constituir de uma forma diferente. Sua proposta estava além de uma melhora sobre a situação que se encontrava a Venezuela, ela se baseava também em uma mudança em torno do sistema, na qual os venezuelanos iriam conhecer um capitalismo mais humano. (FUKUSHIMA, 2010)

As mudanças proporcionadas por vertentes como Chávez pela região Sul, ocasionou um novo rumo nas políticas praticadas, mostrando-se cada vez mais independentes

da impressão hegemônica verdadeira na região. Propuseram mudanças econômicas significativas, as quais resultaram positivamente em relação aos avanços sociais que se encontravam necessários há muito tempo, transformando além da sua sociedade, a sua posição no sistema internacional.

Um forte ponto sobre a presença de Chávez dentro da política e suas reivindicações perante a realidade existente eram muito caracterizadas e marcadas por seus discursos. Chávez era um homem de palavra forte que conseguia atingir a cada indivíduo em seus valores e princípios, especialmente quando levantava a questão e afirmava sua ação em cima da crise causada pelo regime ocorrido no país, que no momento era o que mais assombrava a população. Contudo, por conta de suas falas e suas intenções, os primeiros anos de seu governo não saíram exatamente como o esperado, em virtude do já espero embate decorrente da oposição, uma vez que seu governo ia além de uma ameaça para o modelo político seguido na Venezuela, estava torno da relação que o governo mantinha com a elite, e especialmente junto ao papel que iria desempenhar no que tange a estatal PDVSA, assim como os meios de comunicação. Eram, de fato, muitos interesses em jogo.

Relacionando as dificuldades que Chávez teria juntado a oposição como já apresentado, um fator que contribuiu ainda mais para essa situação foi o cumprimento de sua promessa de campanha com a consolidação de uma Assembleia Constituinte juntamente com uma nova constituição, gerando uma ruptura sobre aqueles que comandavam tal poder, em vista de beneficiar apenas os que lhe eram convenientes. Esse agravamento de sua relação com a oposição se deu por diversas ações no decorrer de seu governo, mas especialmente aconteceu diante de sua intenção de mudança na relação de ganho em cima do seu potencial petrolífero. Com a nova constituição, buscava-se um maior poder do governo sobre o petróleo. (FUKUSHIMA, 2010).

Suas ações de modo geral, eram em torno de assuntos sociais, buscando solucioná-las, porém, indo contra as políticas neoliberais implantadas durante os demais governos. Assim sendo, a partir do momento que começou a ter efetividade em suas ações, foi-se tendo maior aceitação. A oposição, diante dessa situação, encontrava-se cada vez mais enfraquecida, sem representação nem espaço dentro do novo sistema político. Contudo, apesar da queda referente a sua representatividade na parcela política, ainda mantinham seu papel de influência intacto na grande mídia.

Consequentemente, os meios de comunicação obtiveram um papel extremamente importante em face do caminho político venezuelano e de forma preocupante, percebia-se que

o domínio sobre a comunicação em massa na Venezuela ainda se mantinha em mãos das grandes empresas e partidos políticos tradicionais.

Nesse contexto, de modo geral, no mundo globalizado, os meios de comunicação surgem como um novo ator em torno das resoluções que possam se desenrolar no sistema. O público, o objeto final para decisão dentro de uma estrutura democrática, acaba sendo ligado diretamente a esses meios, uma vez que possui em sua característica de comunicação, o poder da influência, persuasão e até manipulação, podendo resultar diretamente nos desdobramentos das sociedades e democracias:

> A atuação dos meios de comunicação nos atentados contra o governo Chávez foi de tal forma significativa que seu papel constituiu não só como mediador, mas também como o meio formulador de estratégias da oposição contra o governo do presidente Chávez. (FUKUSHIMA, 2010).

Percebia-se dentro dessa realidade já imposta no país uma intenção subentendida por meio dos Estados Unidos, fundadas na implantação dessas economias liberais e os modelos políticos que acompanhavam os quais já eram conhecidos.

Nessa acepção, seguindo suas intenções, com a fortificação de suas ações por conta de seu novo modelo de comando a um Estado latino-americano, Chávez se tornou um forte ponto de oposição existente na América do Sul contra a política norte-americana tradicional implementada na região.

Por conta dessa nova direção aplicada pela novidade de governo, acabou-se deixando um novo aspecto para as relações interamericanas e, em consequência, despertou o olhar do Norte novamente a Venezuela.

3 O DEBATE DA RELAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COM POLITICA E SOCIEDADE NA AMÉRICA

Com o avanço das sociedades, tem-se a criação de novos fatores para o aprimoramento. A identidade, registros e acontecimentos que a humanidade ultrapassou, contam com a colaboração de alguns fatores para sua incrementação. Os livros, rádios, cinema e jornais são peças fundamentais para a construção da informação e percepção de sociedade.

3.1 MEIOS DE COMUNICAÇÃO, SOCIEDADES NACIONAIS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como expõe o sociólogo John Thompson (1998), para o entendimento da construção e funcionamento da sociedade moderna, faz-se necessário o conhecimento do papel de importância da mídia e o impacto na sociedade que estas causam, mostrando-se como participantes de uma transformação, uma nova forma de interação dentro do mundo social.

Segundo Thompson (1998), o desenvolvimento da mídia gerou grande importância para a contextualização social. Tem-se uma alta circulação de materiais que fazem com que seu conteúdo e informação sejam proliferados de modo em que o indivíduo tenha seu poder de escolha à notícia, tendenciado a aquela que mais o identifica e agrada. Dessa forma, não está sujeito a receber apenas o acontecimento relatado ou descrito, está sujeito a diferentes formas de expressão e linguagem, podendo sustentar ações intencionais.

Dentro desse contexto, conforme o antropólogo argentino Néstor García Canclini em sua obra “Consumidores e Cidadãos” de 2008, a modernização contribuiu para que houvesse uma ação de desenvolvimento em relação aos novos atores que ganhavam destaque: os meios de comunicação. Produzia-se e projetava em agências vindas dos Estados Unidos e Europa aquilo que seria espalhado para os países periféricos. À vista disso, alguns países situados na região da América Latina conseguiam garantir certa autonomia nessa relação de produção de informações no que tem vínculo à tecnologia como exemplo o Brasil e México. Porém, na maioria dos países latino-americanos, a realidade encontrada em questão tecnológica seria diferente e, em decorrência disso, sua reprodução era o exemplo claro de que ficava sujeita ao que se tinha nas agências estadunidenses. Assim, havia o risco da alteração que se ligava as identidades nacionais. “Os meios de massa foram agentes de

inovações tecnológicas, nos sensibilizaram para o uso de aparelhos eletrônicos na vida doméstica [...] unificaram os padrões de consumo com uma visão nacional." (CANCLINI, 2008).

Os meios de comunicação, então, passaram a surgir no sistema internacional como um novo ator, ganhando destaque cada vez mais importante. Com seu surgimento, o modo de vida dos indivíduos passou a ter mudanças, de forma que o seu papel na sociedade, suas visões e ações passaram a se promover de forma diversa. Passa-se a ter a necessidade da informação e a maneira de sua propagação vem influenciar no resultado dos pensamentos críticos sobre aquilo que foi repassado.

Como expõe o escritor chileno Ernesto Carmona (2007), relacionando a aqueles que participam deste meio, fica claro o modo em que a presença popular não se faz exposta, mas referente ao poder monetário, percebe-se um grande controle de corporações nas quais dominam o ramo das comunicações. As mídias e a comunicação evoluíram ao ponto de estarem diretamente ligadas a essas corporações, que em sua maioria são de grande influência devido a seu poder econômico, podendo até serem multinacionais. Possuem em seu poder a notícia, de modo em que o método de abordagem, a forma de tratamento e a maneira em que será repassada ao público, ficam em seu domínio, possibilitando diversas formas de interpretação.

Carmona (2007), em sua maioria, refere-se de modo específico aos meios de comunicação estadunidenses, porém, pode-se concluir uma percepção as comunicações em geral:

> O discurso dominante oferecido pelos dez grandes impérios comunicativos oferece propaganda política, cria opinião pública e convence em favor da ideologia conservadora [...] Em vez de informar o cidadão para dar-lhe uma visão crítica e vigilante, o controle midiático o transforma em um consumidor passivo de entretenimento e em um espectador da política ... na televisão. (CARMONA, 2007, tradução nossa).

Como relata o professor e filósofo Noam Chomsky (1997), é perceptível como a mídia pode se desdobrar em diferentes intenções dentro do mesmo ramo. Percebe-se um entretenimento voltado para atenção do público em geral enquanto o meio jornalístico está ligado às elites, aquelas nas quais possuem o poder monetário para o controle dessa estrutura de funcionamento das notícias, obtendo um direcionamento específico de informações para determinadas classes sociais. "Sua audiência em sua maioria são pessoas privilegiadas. As pessoas que lêem o New York Times - pessoas que são ricas ou fazem parte do que às vezes é

chamado de classe política - estão de fato envolvidas no sistema político de forma contínua.*"* (CHOMSKY, 1997, tradução nossa).

Dentro do meio midiático, verifica-se que suas ações estão diretamente ligadas as tais grandes corporações e seus privilégios, a sua existência e permanência do seu papel singular para o funcionamento do sistema foi e continua sendo escorado às ações econômicas. Enganam-se aqueles os quais acreditam que os meios de comunicação não estão ligados dentro da estrutura de poder que se encontra a economia privada. A mídia e suas corporações tornaram-se dominadoras, hierárquicas e doutrinárias, encontrando-se como um novo viés de centro de poder. (CHOMSKY, 1997)

Como exemplifica o historiador Eric Hobsbawm em sua obra "Tempos Fraturados: Cultura e Sociedade no Século XX" de 2012, a política e o mercado mantêm relações próximas, principalmente ligadas à decisão de:

> [...] como bens e serviços serão financiados [...] A política entra como fonte óbvia, ou recusadora, de subsídios. Mas há um terceiro elemento que decide o que pode, o que deve e o que não deve ser produzido. Chamemo-lo de 'mecanismo moral', tanto no sentido negativo daquilo que de'ne e desencoraja o inadmissível, como no sentido positivo de impor o desejável. (HOBSBAWM, 2012)

Como esclarece Carmona (2007), as informações passam a ser tratadas como mercadorias. Em busca da sua disseminação, passa-se a ter menos opções de fontes para escolha de notícias, o indivíduo pode acabar por se encontrar cercado de muito do mesmo em poucos lugares, ficando à deriva dessas corporações e sujeito ao controle de informação.

Com a consolidação dos meios de comunicação e o fortalecimento de grandes corporações que acabam por dominar o meio, o público, que seria o objetivo final, acaba tornando-se o centro para a existência e continuação dessa estrutura midiática implantada (CHOMSKY, 1997).

Essa necessidade de interação entre os indivíduos liga-se a política como uma ferramenta de auxílio à compreensão da sociedade moderna e faz com que o meio se consolide e "justifique" a sua existência, tal como suas ações.

Dentro desse ramo da mídia e comunicações, dá-se destaque a um meio que ganhou significativa importância no início da era moderna no que se diz respeito à imprensa: o comércio de notícias. Assim, encontrava-se "uma variedade de publicações periódicas que relatavam eventos e transmitiam informações de caráter político e comercial." (THOMPSON, 1998. p.63).

Nesse contexto, relacionando-se com os dias atuais e todo avanço já ocorrido dentro da sociedade moderna, pode-se associar os jornais como via principal da imprensa. Os principais meios de circulação desses jornais dividem-se em três principais formas: da maneira clássica do próprio material impresso, que se enfraqueceu nos últimos anos em razão do avanço tecnológico, aos jornais dentro do meio televisivo e, principalmente, a aqueles que se encontram disponíveis dentro dos meios digitais, esses que por serem online, têm sua expansão e acesso muito mais fácil e prático, possuindo uma abrangência muito maior e interligada, uma vez que seu controle ao acesso se torna mais difícil, porque está sujeito apenas a conexão com a internet.

Por isso, a evolução da imprensa fez com que ficassem mais independentes, tornando o fornecimento de informações, abrangendo assuntos gerais e proporcionando comentários muito mais críticos (THOMPSON, 1998).

Assim, aplicando a realidade existente no meio das comunicações no século XXI, pode-se constatar essa interconexão e intercâmbio de informações. Ademais, além de tornar possível um maior acesso a fontes oriundas de diversos lugares do globo, verifica-se uma maior liberdade às opiniões dessas próprias fontes que fornecem as informações, e com isso, todos os dias, as notícias e suas intenções mascaradas de opiniões, estarão disponíveis para o acesso geral.

Nessas circunstâncias, em prol do objetivo de pesquisa, foram utilizados dois jornais como fontes principais para estudo: o brasileiro Folha de São Paulo e o estadunidense The New York Times. E o critério de escolha delas se baseia na importância histórica dos Estados Unidos no que concerne às questões do continente americano e a relevância do Estado brasileiro para a região sul-americana.

3.2 A FOLHA DE SÃO PAULO E O THE NEW YORK TIMES

A Folha de São Paulo é um jornal pertencente a um dos principais grupos de mídia do Brasil, o Grupo Folha. Formado no ano de 1921, o Grupo Folha veio a concretizar a existência em si do jornal com o nome Folha de São Paulo no ano de 1960.

Criado na cidade de São Paulo, segundo a Associação Nacional de Jornais em seu último levantamento no ano de 2015, a Folha de São Paulo é o terceiro jornal mais lido do Brasil em sua versão da distribuição impressa e o primeiro em acessos digitais em todo país.

Além da importância no cenário jornalístico com a Folha de São Paulo, o Grupo Folha tem em seu conjunto grandes nomes dentro do meio midiático e de publicações. O

Grupo conta, ainda, com o importante instituto de pesquisas Datafolha, muito presente durante o período de eleições, como também revistas, gráficas e bases online como a grande UOL.

Em seu início, como mostra um verbete da Fundação Getúlio Vargas (2009), a criação e circulação da Folha de São Paulo era destinada principalmente a classe média urbana de São Paulo. Após sua consolidação financeira conquistada após alguns anos de existência, a Folha era destinada em dois meios: antiga Folha da Manhã aos pequenos comerciantes e profissionais liberais enquanto a antiga Folha da Noite determinada com um viés maior para a classe trabalhadora.

Contudo, apesar de inicialmente o jornal não ter uma característica de influência oligárquica, com os acontecimentos da década de 30, o jornal acabou se aliando as oligarquias paulistas. Seguido desses acontecimentos, a Folha continuou com ações relacionadas à política e sua participação com publicações ligadas aos governos que se sucederam.

Já o estadunidense The New York Times possui um histórico muito mais antigo. Fundado em 1835 por James Gordon Bennett, sua circulação iniciou apenas em 1851, dezesseis anos depois.

Segundo uma análise feita pela Allience Audited Media em 2013, o jornal se encontra como o segundo maior em circulação e acesso dentro dos Estados Unidos. Mundialmente, o The New York Times adquiriu seu papel de influência devido ao espaço para notícias globais que se formaram dentro do próprio jornal, abordando diversas notícias ligada as todas as vertentes dentro do meio midiático.

Pertencente a The New York Times Company, que tem como seus proprietários uma das famílias mais poderosas no meio jornalístico dos Estados Unidos, os Ochs-Sulzberger, é o jornal estadunidense mais premiado. Possui sua sede oficial na cidade de Nova York, mas detém em torno de mais 10 escritórios no estado de Nova York, além de agências de notícias locais e estrangeiras.

3.3 A FORMAÇÃO DO CHAVISMO E A ABORDAGEM DOS JORNAIS

Para o levantamento e análise relacionada aos dois periódicos selecionados neste trabalho, foi definido o período de 1998 até o ano de 2002. Dentro disso, no que se refere ao interesse principal do estudo que permanece em torno da tentativa de golpe em 2002 na Venezuela, encontrou-se necessário o retorno à corrida presidencial em 1998 para fazer-se

claro o cenário em que foi preparada a situação venezuelana amarrada à figura de Hugo Chávez dentro dos meios de comunicação.

Diante disso, averiguou-se quatro grandes assuntos centrais abordados em ambos periódicos: o período eleitoral venezuelano, que aconteceu de março a dezembro de 1998; a Assembleia Constituinte que regeu o período de janeiro a agosto do ano de 1999; as questões relacionadas ao petróleo e o comércio internacional do óleo com os Estados Unidos, a OPEP, no período de 2000 a 2001, e, por fim, a tentativa de golpe dentro do período de fevereiro a abril do ano de 2002.

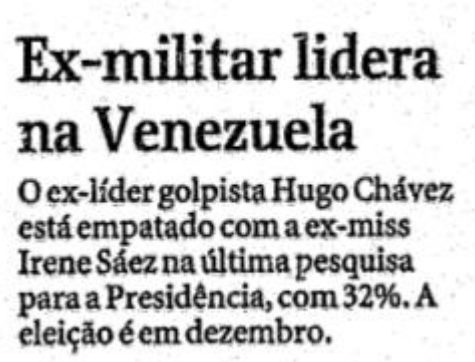
3.3.1 O relato da corrida presidencial (1998)

Na década de 1990, em toda América Latina, verificava-se um momento de instabilidade e incertezas. No ano de 1998, alguns países passaram por suas respectivas eleições presidenciais, como o Brasil e a Venezuela. A maior necessidade que se encontrava na região era o combate à corrupção, ao crime e a necessidade do fim da fragilidade.

No que pertine à Venezuela e seu período eleitoral, havia quatro principais candidatos à disputa da presidência: Hugo Chávez, Henrique Romer, Irene Sáez e Luis Ucero. A Venezuela, no entanto, em 1998 vinha de um governo tradicionalista com Rafael Caldera e, com possibilidades presidenciáveis de caráter novo e distinto, deu-se início ao interesse dos meios de comunicação para o acompanhamento dos desdobramentos venezuelanos.

Dando destaque a repercussão internacional analisada no ponto de vista do Brasil e Estados Unidos, tem seu início junto a Folha de São Paulo com a primeira matéria sobre o caso, no dia 23 de março de 1998:

Figura 3 – Primeira menção as eleições venezuelanas de 1998 na Folha de São Paulo.



Ex-militar lidera na Venezuela

O ex-líder golpista Hugo Chávez está empatado com a ex-miss Irene Sáez na última pesquisa para a Presidência, com 32%. A eleição é em dezembro.

Fonte: Folha de São Paulo. 1998a.

Seguindo a isso, no seu destaque do caderno “Mundo”, exatamente um mês depois de sua primeira publicação relacionada às eleições venezuelanas, a Folha de São Paulo apresentou um estudo relacionado ao poder militar na América Latina e a sua ameaça à democracia:

Figura 4 - Título matéria Folha de São Paulo em 23 de abril de 1998.

DEMOCRACIA FRÁGIL *Para instituto britânico, militares valem de trâmites democráticos para manter influência no continente*

Poder militar ameaça a AL, diz estudo

Fonte: Folha de São Paulo. 1998b.

Dentro desse contexto, alegava-se que na situação encontrada na região latino-americana, havia forças armadas de difícil controle e, assim, verifica-se o retorno da ameaça democrática na região. Relatava-se o que já teria sofrido a região com seu histórico de ditadores e citava-se, baseado nas alegações do estudo, como a ameaça estava no retorno desses modelos militares de governança assegurados num viés democrático, mostrando o exemplo do aumento da popularidade de Chávez nas eleições venezuelanas, relembrando sua presença na tentativa de golpe no próprio país em 1992.

Já no jornal estadunidense The New York Times, a primeira citação relacionada à eleição venezuelana acontece somente em 01 de setembro de 1998. Em um contexto geral, referia-se a dificuldade econômica que passava a região latino-americana naquele ano, comparando-a em uma visão melhor que a de 1994, porém destacando as dificuldades ainda encontradas pelos países. A Venezuela apresenta-se ligada ao seu problema político junto às eleições, afirmando-se que Chávez como principal candidato à presidência, obtinha um caráter populista contra a elite, mas sem a apresentação de alguma proposta efetiva a economia venezuelana. Uma vez em que a economia se mantinha dependente quase que exclusivamente do petróleo, o resultado por parte dos investidores acompanhava-se em tom de insegurança como efeito do mercado.

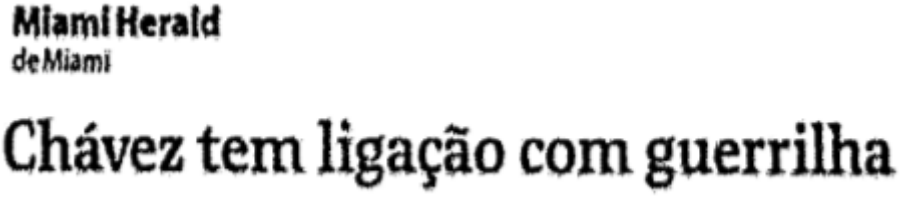
Observa-se uma concordância em informações sobre a situação presidencial de cada país, tendo em vista que no dia 30 de agosto a Folha de São Paulo também se refere à apreensão dos investidores perante o favoritismo de Chávez. Mostrando que o mercado se encontra em pânico com a ascensão do presidenciável, a Folha exibiu sua entrevista com o candidato, fazendo uma introdução sobre ele, apontando mais uma vez a sua participação na rebelião contra o governo em 1992, mantendo suas perguntas voltadas principalmente às

questões econômicas, na qual Chávez esclarece seus pontos sobre economia, petróleo e dívida externa. “Os mercados financeiros são hipersensíveis a qualquer tipo de mudança [...] Vamos garantir a segurança jurídica, econômica e política para os investimentos nacionais e estrangeiros.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998. p.12).

Com o decorrer do ano de 1998, a Folha de São Paulo mostrou-se mais presente sobre a corrida presidencial venezuelana. Seguindo as especulações econômicas, inicia-se um destaque em 30 de setembro sobre as alegações de Chávez acerca da constituição, começando pelo seu interesse na permanência no poder com a reeleição, até então sendo assegurados de modo contrário pela constituição, onde se tinha a obrigatoriedade de espera de dois pleitos para possibilidade de uma nova candidatura.

Ainda na Folha, chama-se atenção o espaço ligado ao jornal estadunidense Miami Harald:

Figura 5 - Título matéria apresentada na Folha de São Paulo em 06 de outubro de 1998.


Miami Herald
de Miami

Chávez tem ligação com guerrilha

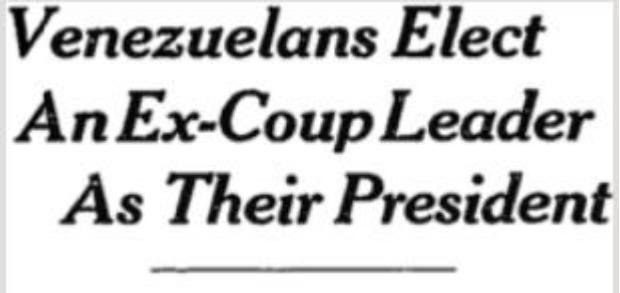
Fonte: Folha de São Paulo. 1998c.

Além da afirmação da ligação do candidato a uma guerrilha, o jornal relembra à participação do venezuelano na tentativa de golpe em 1992 e sua expulsão do exército por conta disso. Alegam também que, em razão do histórico de Chávez com guerrilhas venezuelanas e colombianas, este controlava uma milícia secreta esquerdista, ao qual obteve ajudas vindas de Cuba e da Líbia. Anunciam que tais informações foram repassadas pela inteligência venezuelana e através de ex-guerrilheiros. O presidenciável, por sua vez, as negou apresentando que seria uma tentativa de enfraquecimento a ele para as eleições.

A partir de 01 de dezembro, o mês da eleição, iniciou-se uma maior presença nos periódicos sobre Venezuela e Hugo Chávez. A Folha de São Paulo relembra como a presença de Chávez na tentativa de golpe em 1992 transformou-se em contribuição ao caráter populista alcançado e que por efeito disso, os partidos tradicionais como AD e Copei acabaram perdendo sua força. No mesmo sentido, o The New York Times dá destaque ao idolatrismo à figura de Chávez. Com citações referentes à expressão “El Comandante”, reafirma o

populismo gerado por sua participação como líder no ocorrido em 1992, mostrando o lado salvador que era enxergado pela visão dos mais pobres, bem como a ameaça e incerteza oriunda do mercado e investidores.

Figura 6 – Manchete The New York Times sobre resultado das eleições na Venezuela.


Venezuelans Elect
An Ex-Coup Leader
As Their President

Fonte: The New York Times. 1998d.

O jornal estadunidense trata a eleição de Chávez com mais de 50% dos votos como uma vitória eleitoral histórica, na qual não se tinha alcançado em 1992. Além dos destaques ao fim do poder dos partidos tradicionais venezuelanos, liga a conquista de Chávez a um receio de uma ditadura de esquerda, referindo-se como o ex-militar que conseguiu sua vitória em cima do empresário formado em Yale, Henrique Salas Romer.

Junto a sua característica nacionalista, deu-se ênfase à comemoração das multidões pela vitória. Muitos com suas boinas vermelhas que eram símbolos do período manifestaram o entusiasmo com o fim do domínio da elite venezuelana e percebia-se o início dos pedidos de uma mudança na constituição que fora implantada pelos mesmos. Assim, concluíam relembrando a incerteza a qual pairava sob a Venezuela de Chávez, recordando os títulos aos quais já passara, como comunista, herói e ditador. Já a Folha de São Paulo, destacava o desejo venezuelano em que se tinha o fim do neoliberalismo, recordando que devido a sua tentativa de golpe em 1992 tinha-se uma ideia sobre o mesmo ser um ditador em potencial.

Em seus primeiros momentos após o anúncio da vitória, apontava suas intenções de enfrentar a comunidade econômica internacional, a fim de garantir a confiança dos investidores, como também a negociação da dívida externa e a não total dependência econômica em cima do petróleo, uma vez que obtinha 30% do PIB e 80% das exportações.

Todavia, no dia 8 de dezembro de 1998, o New York Times enfatizou o resultado das eleições venezuelanas, referindo-se como “Revolta Eleitoral”. Dentro disso, voltava-se a alegar a maneira de como o governo de Hugo Chávez seria uma ameaça à democracia

venezuelana, que havia sido tão difícil de ser reconquistada no país e que tinha seu modelo democrático mais recente apenas nos últimos 40 anos. Salientava a preocupação da elite venezuelana juntamente com a oposição e Washington, uma vez que o futuro da Venezuela era visto de maneira incerta e o país ainda era o maior fornecedor de petróleo para os Estados Unidos. Manifestava que Chávez alcançou o poder baseado em discursos populistas infundados e contraditórios e que seu maior desafio seria o ajuste da burocracia para, aí sim, conseguir ajudar a maioria da população pobre. Então, o jornal passava a ideia da vontade existente para criação de uma Assembleia Constituinte para a construção de uma nova constituição, baseados na ideia de uma nova forma de governo, porém falava também na possibilidade de Chávez fechar o congresso e com isso manter um governo ditatorial. Assim, afirmavam que devido à preocupação, as oposições venezuelanas juntamente com Washington defenderiam a permanência da democracia e do Estado de direito dentro da Venezuela, e assim permaneceram as discussões em torno desse período de 1998.

3.3.2 O destaque da assembleia constituinte (1999)

Apesar de a eleição ter ocorrido no dia 6 de dezembro de 1998, Hugo Chávez vem a assumir o poder oficialmente apenas em 2 de fevereiro de 1999. Com isso, inicia-se a repercussão internacional sobre qual será o rumo de seu governo e como a Venezuela reagiria a isso.

Dessa forma, inicia-se a discussão no jornal estadunidense sobre as incertezas de sua posse, mostrando que Chávez vinha baseado na sua intenção do fim a corrupção instaurada há muitos anos no governo venezuelano juntamente com o fim do domínio dos partidos políticos tradicionais, relembrando também, seu interesse em concretizar a reeleição do cargo de cinco anos. Para isso, tinha-se necessidade da construção de uma nova constituição, e com isso, despertava ainda mais curiosidade do cenário internacional perante Chávez, confirmando todo interesse em que se passou a ter a partir das suas ações em 1992.

Em conformidade com isso, em 19 de fevereiro de 1999, a Folha de São Paulo exibe a confirmação da convocação ao referendo para tratar sobre a constituição venezuelana, marcado para o dia 25 de abril do mesmo ano.

Figura 7 - Comentário sobre situação na América Latina com o início do ano de 1999.

Fonte: Folha de São Paulo. 1999a.

Apresentavam de maneira crítica os acontecimentos políticos no geral, porém caracterizando como mais grave a situação no Paraguai e Venezuela. A Venezuela, nesse caso, era ligada a vitória de Chávez e a modificação que o mesmo apresentou numa suavização do seu discurso radical, porém, sua intenção de construção de uma nova constituição ainda amedrontava. Alegou que as ideias de ameaça àqueles quais se opusessem a intenção da Assembleia Constituinte, teriam que sofrer a consequência de o povo ir às ruas, concluindo que o ano de 1999 voltou a trazer a ideia do autoritarismo na região, conectando novamente a Chávez como uma ameaça democrática autoritária.

No meio de toda situação, em um espaço na Folha escrito por José Sarney no dia 2 de abril, cita-se o papel do MERCOSUL em relação às ocorrências políticas na região, encadeando a sua cláusula democrática. Apresenta uma região instável ao redor daqueles pertencentes à organização, relacionando a uma Venezuela, juntamente com Equador, Peru e Chile, ao que se tornou um golpe de Estado com uma característica de democratização, de maneira em que a segurança da democracia na região fica muito mais nas aparências do que de forma efetiva.

Em sequência, duas semanas antes da realização do referendo, ainda em abril, o então correspondente na América do Sul para o The New York Times, Larry Rohter, dedicou uma página interna ao presidente venezuelano.

Figura 8 – Relação a Chávez antes da Assembleia Constituinte.

Fonte: The New York Times. 1999b.

O artigo revelava a característica popular de Chávez, ressaltando a inexperiência do presidente dentro da política, visto em dois pontos tanto dentro da Venezuela como para o sistema internacional. Por sua vez, o presidente, já tratado por diversas lentes e julgado de diversas maneiras, alegava que as visões distorcidas as quais obtinham sobre ele sempre seriam confusas caso mantivessem no viés tradicional e declarou: *"*Se você está tentando

determinar se Chávez é de esquerda, de direita ou do centro, se ele é socialista, comunista ou capitalista, bem, eu não sou nenhum desses, mas tenho um pouco de todos eles.*”* (THE NEW YORK TIMES, 1999, tradução nossa).

Dentre suas ações, desvelam que o plano de maior enfoque ficou em torno da Assembleia Constituinte, uma vez que poderia modifica-la em prol dos seus próprios interesses, e o levaria a ser criticado como militar clássico latino-americano, sendo comparado a Fidel Castro.

Dentro dessa perspectiva de acompanhamento da repercussão do período de 1999 no destaque do histórico emparelhado a Assembleia Constituinte, o jornal estadunidense New York Times fez-se mais presente. Em 25 de abril, o povo da Venezuela vai às urnas para a decisão de aprovar ou não a proposta oferecida de criação a uma Assembleia Constituinte para preparação da nova constituição venezuelana. Manifestam que Chávez, desde sua campanha eleitoral até assumir seu poder de fato, baseou-se num ideal de desconstrução do congresso, como também do poder judiciário, a fim de realizar uma “verdadeira democracia”, com participação popular. Expressam que Chávez e sua equipe alegavam suas intenções na necessidade ao qual se encontrava a realidade venezuelana, onde as instituições e o sistema político estavam quebrados e precisariam reestabelecer. No entanto, ao mesmo tempo, sua oposição alegava que o discurso pregado, suas ações e a revolta em que poderia causar caso não saíssem conforme o planejado era apenas uma fachada para sua verdadeira intenção para o Estado venezuelano, que seria algo muito mais temeroso.

No dia 26 de abril, com o resultado de aprovação perante a proposta do novo governo, o The New York Times mostra o desfecho como uma característica de retroceder ao que estavam em regência nos últimos 40 anos. Como resultado disso, afirma que a oposição imediatamente começou a questionar a legitimidade desse fim, relembrando a preocupação sobre o governo que pode se suceder sendo que apenas há sete anos o novo presidente liderava uma malsucedida e violenta tentativa de golpe.

Figura 9 - Apresentação do resultado ao referendo em 1999.

Fonte: The New York Times, 1999c.

Mesmo após o término das especulações sobre a aprovação da Assembleia, os comentários do periódico estadunidense permaneceram em torno da presença de Chávez ser

insatisfatória e geradora de instabilidade não só na Venezuela, como também para a América Latina em si. Cita Chávez como a figura política mais intrigante na região em anos e como seu comportamento é bizarro para um novo chefe de Estado.

Entretanto, a Folha de São Paulo apenas cita o resultado no dia 6 de maio, dando destaque a sua intenção de participação popular a nova constituição, relembrando a escolha de mais de 50 militares para seu novo governo, mostrando que a alegação do governo era de que a intenção foi devida as suas competências e não uma intenção de tomar o poder.

A eleição dos novos membros da constituinte ficou marcada para o dia 25 de julho do mesmo ano, dessa forma, para o período desse mês as notícias existentes giraram em torno da veracidade da mesma. A Folha, por sua vez, nas primeiras semanas do mês de julho, informa que Chávez foi vetado do horário eleitoral devido às acusações de favorecimento aos seus apoiadores, onde o presidente alegou que para barrar sua participação seria somente caso ele fosse preso. De modo igual, na véspera das eleições da constituinte, expressam que o objetivo de Chávez era diminuir o número de abstenções para essa eleição, uma vez que para a aprovação da mesma, no dia 25 de abril, foram 62%. Exemplificam também que a Assembleia Constituinte teria um prazo de 6 meses para começar a reger e eleger 131 novos representantes, tudo em prol da mudança na constituição de 1961 na qualo novo governo alegou que servia em prol dos mais ricos.

Figura 10 – Espaço sobre a eleição da Assembleia Constituinte em 25 de julho.

Fonte: Folha de São Paulo. 1999d.

A capa do caderno Folha Mundo do dia referente à eleição da constituinte chama atenção devido ao espaço pertencente ao governo do presidente Hugo Chávez. Dando destaque aos dois principais momentos na sua história política, um com sua prisão pela

tentativa de golpe em 1992 e outro por sua vitória as eleições em 1998, focam na existência da Assembleia Constituinte como a maior jogada política do seu mandato. Constatando o repúdio de Chávez a constituição existente, alegam que a intenção da sua reconstrução vai a possibilidade de extensão ao poder executivo, sua chance de reeleição e uma transformação da justiça, como uma refundação das instituições venezuelanas. Seguros nos comentários de um professor da Universidade Católica Andrés Bello, mostram que a aprovação dessa Assembleia com sobra, é devido ao nível de insatisfação e da falta de credibilidade que o Congresso tinha com o povo.

Junto a isso, expedem mais uma vez a informação da dúvida perante o governo e suas intenções, exteriorizando suas falas, indo de suas bases na democracia ao autoritarismo, indo em junção ao The New York Times, de forma que com o resultado de aprovação, dizem pela visão dos seus críticos, que ao "empurrar" a Assembleia ao povo, o presidente poderia estar mascarando sua garra ao poder, mostrando a apreensão sobre o mercado petroleiro do país que era o maior fornecedor da matéria prima aos Estados Unidos.

Em sequência, mencionam que além da má visão sobre os regimes autoritários no sistema internacional, o caráter populista está indo ao encontro a uma nova forma institucional de autoritarismo, comparando-se as intenções de Chávez aos golpes de Estado clássicos, apresentando a dificuldade de críticas ao que vem se praticando politicamente, uma vez que foram consideradas ações limpas e livres.

Figura 11 - Repercussão ações da Assembleia Constituinte.

VENEZUELA *Assembléia pró-Chávez tira últimas funções importantes do Congresso dominado pela oposição*

Constituinte 'fecha' o Congresso

Fonte: Folha de São Paulo. 1999e.

Informando a fala de Chávez de que a Assembleia é o início de uma revolução e o povo venezuelano "aplaudia" qualquer ação que viesse de seu novo líder contra o sistema, o resto do ano de 1999 fica em torno dessas principais especulações: a insegurança junto ao aumento dos poderes do presidente, a luta do congresso contra sua perda de poder, o aumento de militares presentes no novo governo e a insegurança político-econômica como resultado as quais ligavam sua oposição juntamente ao mercado e a Washington.

3.3.3 O contato entre economia, petróleo e política (2000 – 2001)

Com o desenrolar das ações políticas venezuelanas, a partir de janeiro de 2000, o destaque fica em volta das questões políticas mais presentes no jornal brasileiro Folha de São Paulo, enquanto as questões econômicas junto ao petróleo constam mais no estadunidense The New York Times.

Dessa forma, dá-se relevância ao desenvolver favorável aos militares devido a Assembleia Nacional Constituinte. Como mostra a Folha de São Paulo, mais de 260 militares passariam a ser beneficiados, de modo que juntamente a isso, permitiria uma reintegração no governo aqueles chamados como golpistas, os quais participaram da tentativa em 1992 junto a Hugo Chávez.

A partir de março o enfoque é a crise vivenciada pela Venezuela. Mostrando o aumento do número da violência no país, apesar da alta popularidade de Chávez com seus 68% de aprovação, a alta violência fica ligada ao problema econômico e a incerteza de como o presidente agiria para superá-la, e caso os problemas permanecessem, de quem seria a culpa. Assim, no dia 21 de março de 2000, o The New York Times exibe a ligação da economia venezuelana em resultado ao mercado de commodities.

Por conta de ações tomadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, o preço do barril do petróleo apresentou uma queda por sua terceira semana seguida, como uma forma de antecipação ao resultado dessas ações. O NYT apresenta que a principal questão salientada seria o aumento da produção do óleo, na qual o presidente estadunidense Bill Clinton insistiu a Hugo Chávez que injetasse uma maior quantidade quando o acordo de limitação da OPEP expirasse, no final do próprio mês.

Já no dia 29, relataram que a decisão foi concretizada e a OPEP decidiu liberar o aumento da produção do petróleo, porém, sem contar com a aceitação do seu então segundo maior produtor, o Irã. Informam que decisão se refere a um aumento de 1,45 milhão de barris a mais para imersão no mercado. Entretanto, apesar de a iniciativa do aumento ter relação com a necessidade da diminuição dos preços da gasolina, a alta pressão feita aos membros da organização pelos Estados Unidos não foi o suficiente, uma vez em que os mesmos esperavam ao menos o dobro do que foi acordado. Com esse desequilíbrio dentro da OPEP, o jornal aborda que o maior beneficiado seriam os Estados Unidos, uma vez que são os maiores importadores mundiais da matéria prima. Dentro desse contexto, a Venezuela aparece com a insatisfação de seus líderes, indo de encontro à posição do presidente Hugo Chávez, por serem tratados e vistos como marionetes do governo estadunidense em relação aos assuntos

do petróleo, pois além de ser o maior fornecedor da matéria para os mesmos, teriam sua própria economia dependente disso.

O fenômeno Chávez, como inicia uma reportagem referente ao rumo venezuelano com as novas eleições de maio em 2000, leva ao questionamento das ações econômicas do novo governo serem fracassadas devido ao valor do petróleo não ser mais o suficiente para um restabelecimento da economia para o fim da crise no país. Nos comentários do jornalista Thomas Friedman, critica a forma despreparada a qual o país está há tempos vivenciando em sua relação principal a sua vitalidade econômica: o petróleo.

> A Venezuela é um país que foi amaldiçoado com petróleo. A suposição reinante nesta nação, que fica no topo de alguns dos campos petrolíferos mais ricos do mundo, tem sido que a Venezuela é naturalmente rica e se está ficando mais pobre é porque alguém no poder está roubando. [...] A verdade é que, com 85% de sua moeda estrangeira é proveniente das vendas de petróleo, a Venezuela é um país que esqueceu como criar riqueza. (THE NEW YORK TIMES, 2000, tradução nossa)

Nesse contexto, como expõe o jornalista Larry Rohter para o The New York Times, no início de abril a Venezuela começa a agir em conjunto as táticas de preços da OPEP, e no dia 7, expôs-se a chegada do então ministro da Energia da Venezuela, Ali Rodriguez Araque, a presidência da organização. Informam que o cargo concedido ao venezuelano vem ao encontro de uma forma de compensação a ajuda que o país proporcionou com aumento do preço do petróleo, mostrando que após 14 meses do novo governo com Hugo Chávez, o maior exportador de petróleo fora do Oriente Médio passa a tomar medidas bastante assertivas para esse mercado. Relembrando a dificuldade em que a Venezuela obtinha dentro da organização, além das desavenças referentes ao seu relacionamento com os outros membros, explicam que a Venezuela sempre obteve uma característica de falta disciplinar, mas que, diferentemente do governo anterior, o qual não acreditava na solidariedade dentro da OPEP, o novo governo estava caminhando na direção correta, agindo de acordo ao favorecimento do mercado, como o exemplo da relação com os países produtores não participantes, que a pedido de Chávez, o novo presidente, estava a desempenhar bem.

Contudo, o principal resultado perante essa nomeação, foi a autoridade concedida ao novo presidente da organização de impor uma faixa de preço aos barris de petróleo. Indicam que o mecanismo proposto por Ali Rodriguez era visto por especialistas de Washington como de difícil controle e realização, uma vez que o produto é essencial para o sistema global. Entretanto, sinalizam a existência de uma legislação criada no Congresso dos

Estados Unidos para punir os produtores de petróleo que elevassem o preço da gasolina, nesse caso, implantada especificamente para a Venezuela, de maneira que tem-se uma quantidade de áreas nas quais os conflitos entre Estados Unidos e Venezuela seja real. Uma vez em que a estatal Petróleos de Venezuela sob o comando de Chávez anuncia sua intenção de investir na indústria petrolífera cubana, analisam que é quase certo a existência de um conflito, dado que contrariariam a legislação estadunidense. "A Venezuela sempre foi um grande produtor e exportador de petróleo [...] O que mudou é que este governo agora está preparado para usar esse peso para se tornar um grande participante no cenário internacional." (THE NEW YORK TIMES, 2000, tradução nossa).

E dez dias após o consenso da OPEP sobre o aumento da produção de petróleo na intenção da diminuição do seu preço, a Arábia Saudita, maior produtora da organização, decidiu aumentar sua produção independente em torno de 500 mil barris por dia. Segundo a Folha, essa decisão foi tomada ao perceber que apesar do consenso dos membros, não se obteve a diminuição desejada. Assim, nesse contexto, surgem dois lados: os membros da organização apresentando-se insatisfeitos com a nova declaração, exemplo da Venezuela e o Irã, alegando que para tal ação precisa-se do consenso dentro da OPEP, como também, em contraponto, outros países produtores independentes como os Estados Unidos, mostrando-se favoráveis, uma vez que estão pressionando a organização e seus membros para a existência desse avanço na produção desde o último aumento grotesco do barril de petróleo em Nova York.

No dia 30 de julho de 2000 ocorria a nova eleição na Venezuela, que estava inicialmente marcada para maio. Tanto o The New York Times quanto a Folha de São Paulo apresentaram de forma clara o favoritismo de Hugo Chávez perante seus concorrentes, ressaltando que apesar da crise econômica, o alto desemprego e a violência, o nível de aprovação popular de Chávez se mantinha estável. Com sua reeleição com 59% dos votos e a maioria das cadeiras, o foco de suas declarações apresentadas em ambos periódicos fica em torno da estabilização da economia venezuelana.

Figura 12 – A relação da Venezuela com o petróleo.

Fonte: The New York Times. 2000a.

Suas primeiras ações após eleição ficam em torno da colaboração, presença e participação junto a OPEP. No entanto, o jornal estadunidense apresenta uma matéria sobre a relação venezuelana com o petróleo no início de agosto de maneira que explica uma Venezuela beneficiada pelo aumento do preço do petróleo desde o início do governo Chávez, relembrando os anos de início da comercialização do óleo, mostrando ser um ponto positivo ressaltado pelo presidente. Porém, também exibem o pensamento do povo venezuelano na crença de que o país seria extremamente rico por conta da sua reserva de petróleo e que o maior problema que resulta a pobreza e dificuldades encontradas na sociedade venezuelana são oriundas da política e corrupção, onde a visão de relação dos problemas existentes ser principalmente devido a um problema econômico, não é encontrada.

Dando sequência ainda em 2000, mês de setembro, o periódico estadunidense nos comentários de Friedman ironiza as ações de Chávez dentro da OPEP com sua proximidade a Saddam Hussein e o Irã, lembrando suas ações anti-Estados Unidos e a semelhança a Fidel Castro.

Como mostra o New York Times, a grande alta do preço do barril, apesar de ações para o aumento da produção da matéria pela OPEP, aparece com desconfiança para o mercado, especialmente devido a baixa credibilidade em que a organização tem sido vista nos últimos tempos, o mercado está cético e os consumidores estão sentindo. Demonstram que Chávez, por sua vez, pressiona fortemente que exista um controle para que o preço permaneça entre 22 a 28 dólares, sugestão a qual alegam que não funcionaria, uma vez que exigiria grande coordenação dentro da organização e no momento não se tinha. No que diz respeito aos Estados Unidos, aparecem no acompanhamento da situação, em consequência de que o resultado dos preços da matéria prima influenciaria para os estadunidenses durante a temporada de aquecimento, e o então presidente Clinton anunciou que o governo agiria para que houvesse esse controle.

Com o desenrolar da alta do petróleo, Chávez aparece ganhando mais destaque no mercado internacional do óleo, tendo em vista que suas ideias e planos vão à tentativa de uma reformulação da ordem mundial, gerando com críticas muitas vezes hostis as ações estadunidenses que acabam gerando desconforto, como afirma o The Times. Todavia, considerado grande demais para a Venezuela, o jornal apresenta que Chávez obtém duas questões a seu favor que vão além do tamanho do país ou de seus problemas sociais, pontos os quais não obtém seu mentor Fidel Castro: a maior reserva de petróleo fora do Oriente

Médio e o histórico de fornecimento de gasolina, óleo e gás de aquecimento para os Estados Unidos, na qual essa dependência proporciona vantagem a Chávez nos seus interesses e o permite alcançar lugares estratégicos para seu plano econômico como foi com a presidência do seu ministro da energia na OPEP.

Chávez, em suas ações e declarações perante o preço do óleo, alega que por muitos anos as nações industrializadas obtiveram petróleo por preços de oferta, mostrando que essas potências vivenciam um mau hábito e que seria conveniente os mesmos abaixarem os preços dos produtos que fornecem aos países de menor poder tanto como solicitam aos produtores de petróleo a baixa do óleo. No entanto com George W. Bush a frente do governo dos Estados Unidos a relação com a Venezuela passaria a ser diferente, em divergência aos dois últimos anos em que o governo agia de maneira cautelosa.

Figura 13 – Previsões da relação EUA x Venezuela com o governo Bush.

EUA *Republicanos dizem que Washington não deve ignorar ações do líder venezuelano contrárias a interesses americanos*

Bush pode endurecer relações com Chávez

Fonte: Folha de São Paulo. 2000b.

Tanto o jornal brasileiro quanto o estadunidense aparecem de acordo no final de dezembro do ano 2000 com o destaque e as previsões que se tinham sob essa relação importante. As alegações em cima disso estavam baseadas no fato de os republicanos acreditarem que as ações de Chávez funcionavam de maneira prejudicial as políticas externas estadunidenses, pois além de aumentar o fornecimento de petróleo a Cuba, estavam em oposição à política contra o narcotráfico aplicada pelo governo dos Estados Unidos com o Plano Colômbia. Além disso, como expõe o The New York Times, existia também uma preocupação de ameaça democrática ao modelo defendido por Washington, uma vez que o presidente Chávez tinha participado de uma tentativa de golpe em 1992.

No dia 11 de janeiro de 2001, o New York Times exibe a programação da agenda dos líderes da OPEP sobre a decisão segundo sua produção. Considerando-a como delicada já que se encontravam na decisão de manter a produção em níveis altos para sustentar suas próprias economias sem que levasse os Estados Unidos diretamente a uma recessão, os países acordaram em reduzir drasticamente a produção de petróleo.

Em abril, o enfoque político venezuelano volta a retornar como pauta para ambos jornais. Inicialmente, ainda no NYT, mostra-se a insatisfação vinda de algumas partes das

forças militares na Venezuela, de modo que com a ascensão da chamada aliança revolucionária entre militares e a massa, o descontentamento surge no papel politizado que se concedeu aos mesmos. Informam que a presença do jornalista de esquerda José Vicente Rangel como nomeação Ministro da Defesa, foi o começo de uma reação dentro das forças armadas, já que o mesmo tem em seu histórico ações antimilitar, sendo a escolha do jornalista vista como uma clara intenção de tornar as forças armadas venezuelanas em milícias partidárias.

Com o início de maio, a Folha de São Paulo exibe a fala de Chávez com sua intenção de declarar estado de exceção para que possa agir de maneira mais emergencial aos problemas ainda graves no país como a pobreza que atinge 80% da população. Com isso levantou-se o questionamento de que tal ação seria justificativa para além da extensão do seu poder, um caminho para a não tão nova especulação de um autogolpe.

No entanto, no final do ano de 2001, as declarações apresentadas nos periódicos passam a ser mais tensas. Iniciando em novembro, o NYT mostra polêmicas a cerca da liberdade de expressão das mídias dentro da Venezuela, na qual o presidente não aplicou nenhuma medida oficial, porém conforme a especulação de jornalistas e analistas políticos é preocupante o tom de intolerância, referindo-se aos discursos de Chávez. Em sequência, com o anúncio do presidente de inserção do exército nas ruas para o controle a violência, exibem a preocupação da oposição por possível repressão, mostrando que além da sua diminuição da popularidade desde sua eleição em 1998, intensifica-se a insegurança e incertezas sobre os resultados de suas ações no governo.

3.3.4 Em torno da tentativa do golpe (2002)

O ano de 2002 tem seu começo conturbado para as ações políticas venezuelanas. Logo em fevereiro, iniciam as turbulências de um espírito de insatisfação referente ao governo de Chávez quando opositores dentro das forças armadas anunciaram seu descontentamento. A Folha de São Paulo exibe que o presidente deu inicio a uma série de medidas preventivas a esse tipo de situação, como a prisão daqueles que pudessem incitar algum tipo de rebeldia, porém, diversos manifestantes declararam apoio à decepção com o governo como estava a declarar Luís Soto, um alto oficial da Força Aérea como também o embaixador da Venezuela na Grécia, Carlos Molina com sua orientação a Chávez para renúncia.

Em março, inicia-se uma maior frequência de notícias sobre o desenrolar da instabilidade, iniciando-se pelo pacto ocorrido entre empresários e trabalhadores em forma de união contra Chávez, junto aos representantes de partidos de oposição mais a Igreja Católica. O ato de assinatura foi considerado histórico, haja vista que as partes geralmente agem em interesses diferentes, informam que a solução para a crise venezuelana teria que ser democrática.

A Folha de São Paulo também informa que simpatizantes de Hugo Chávez realizaram um protesto em frente a um dos principais jornais do país, o El Nacional. Com isso, a direção do jornal alegou que tal ação foi orquestrada pelo próprio presidente como forma de intimidação a aqueles que seriam críticos ao seu governo. O jornal informa que a oposição da imprensa venezuelana ao governo é explícita, dando exemplo a um editorial publicado pelo El Nacional com o título de "O ditador sem máscara", informando que apesar de Chávez ser eleito pelas urnas, não seria um apoiador de democracias e ameaçava as instituições. Desse modo, o presidente alega que a polícia de Caracas estava agindo junto a oposição, sendo usada como um instrumento de perturbação, ligando ao protesto dos seus partidários no qual a polícia agiu de forma violenta.

Figura 14 – Início tensões Chávez e militares.

Venezuela's President vs. Military: Is Breach Widening?

By JUAN FORERO MARCH 26, 2002

Fonte: The New York Times. 2002a.

No final de março, o The New York Times exibe uma reportagem que fala sobre a posição do contra-almirante Carlos Molina. Indicam que o comandante descartou a conspiração existente sobre derrubar o atual presidente, porém ainda se mostrava na intenção de ser ouvido pelas pessoas. Molina, de sua vez, ao pedir a Chávez a renúncia de seu cargo, juntamente com outros oficiais que se mostravam insatisfeitos com o governo, levantou dúvidas sobre a real lealdade das forças armadas ao presidente sempre os apoiou de forma clara.

A partir disso, Chávez tomou suas providências a esses que o contestavam, mas o alto nível de insatisfação e descontentamento mostrava um enfraquecimento interno do governo. Por conseguinte, diversos grupos de oposição passaram a se reunir para agir em prol

do enfraquecimento de Chávez, mostrando que a popularidade do presidente após o acontecimento passou de 56% para 30%, baseados na explicação de que Chávez com seu ideal de “revolução” teve sua principal consequência o estresse dos diversos setores como a mídia e a classe média.

Dessa maneira, um vice-almirante aposentado que mantinha contatos próximos dentro das forças armadas, anuncia que alguns oficiais acreditavam na necessidade de desempenhar um papel mais agressivo e até a inevitabilidade de uma tomada do poder. Por parte do governo, a preocupação aparece de forma clara, como mesmo afirma o general leal ao presidente que as pessoas ao solicitar um golpe, estão brincando com o perigo.

No entanto, no meio das instabilidades surge uma crise perante a estatal petrolífera PDVSA, na qual uma greve geral foi implantada e com isso desacelerou a produção e exportação de petróleo, carro chefe da economia do país. O confronto que intensificou a crise foi devido aos pedidos de renúncia dos manifestantes para a saída de Chávez do poder e, por conta disso, analistas passaram a prever situações pouco saudáveis para a economia venezuelana. Alegavam que tudo estava acabando aos poucos, anunciando que o presidente ao fechar as portas do diálogo e da reconciliação, abriu a oportunidade do conflito entre trabalhadores da estatal contra o governo.

Figura 15 – Intensificação da rebelião contra Chávez.

Megaprotesto popular pede renúncia; militar anuncia na TV a queda do presidente venezuelano, mas governo nega

Choques matam 12 e Chávez enfrenta rebelião de oficiais

Fonte: Folha de São Paulo. 2002b.

Assim sendo, no dia 12 de abril de 2002, mostrava-se o aumento da tensão e do conflito dentro da Venezuela. Como exibe a Folha em sua capa do mesmo dia, a intensificação vem por parte da rebelião de oficiais, promovendo um grande protesto em prol da renúncia, envolvendo em torno de 150 a 500 mil pessoas, ocorrendo após dois dias de greve geral, iniciada dentro da estatal. Como resultado, o chefe do exército e o vice-ministro

da segurança pediram saída dos seus respectivos cargos e um general da Guarda Nacional aparece durante a noite na TV informando aos venezuelanos que Hugo Chávez tinha abandonado suas funções como presidente e o país estaria em controle dos militares. Apesar disso, o secretário da presidência o contradiz e informa que Chávez ainda estaria no seu cargo e solicita a suspensão das redes de TV por algumas horas, acusadas de contribuir para a conspiração do golpe.

Figura 16 – Anúncio da queda de Chávez

Principal líder empresarial, Pedro Carmona assume e promete eleições presidenciais em até 1 ano

Militares depõem Chávez; civil toma posse e dissolve Poderes

Fonte: Folha de São Paulo. 2002c.

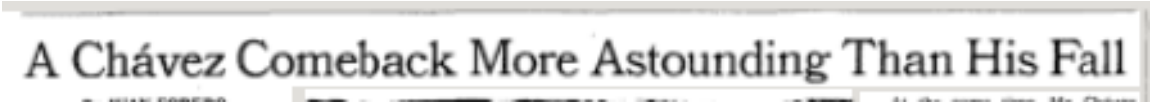
A vista disso, no dia seguinte (13 de abril), foi oficialmente divulgado a posse dos militares sobre o governo da Venezuela, representados por Pedro Carmona, líder empresarial. Anunciam a reversão de praticamente todas as ações do governo Chávez e propõem um prazo em torno de um ano para realização de novas eleições. Ambos os jornais confirmam de que Chávez teria renunciado o seu cargo e acabou sendo encaminhado detido para uma base militar em Caracas, podendo ser indiciado por assassinato devido ao último protesto que deixou 12 mortos.

Perante a situação, o The New York Times cita a importância da Venezuela para o fornecimento de petróleo para os Estados Unidos e que o país norte-americano seria crucial nesse período de recuperação do país, alegando que uma Venezuela estável e democrática, ajudaria na reconstrução da região fragilizada. Após o golpe, demonstram que as ações de Carmona, além de dissolução dos poderes, mostram um efeito no mercado do petróleo, já que com a destituição de Chávez e sua nomeação como presidente, o preço do óleo se apresenta em queda.

A oposição venezuelana, em contrapartida, busca um viés legal para justificar o ocorrido. Como mostra a Folha ainda no dia 13, não se questiona o viés democrático do ocorrido a Chávez uma vez que a principal dúvida de legalidade ainda está sob a nova constituição realizada em 1999, alegando que a constituição teria sido violada diversas vezes

pelo ex-presidente, considerando-a então ilegítima e validando a recorrente de 1961, demostrando que o próprio Chávez seria o causador da crise presenciada.

Figura 16 – A volta de Chávez.


A Chávez Comeback More Astounding Than His Fall

Fonte: The New York Times. 2002d.

Já no dia seguinte, 14 de abril, as notícias e previsões aparecem em uma perspectiva diferente. Como exibe tanto a Folha quanto o New York Times. Pedro Carmona acabou renunciando seu posto de apenas um dia como presidente após conflito entre militares pró-golpe contra os pró-Chávez que tomaram o palácio, criando um novo tipo de instabilidade dentro da Venezuela. O incentivo para tal ação vem de encontro aos questionamentos oriundos sobre o novo governo pós golpe, como afirma o NYT, além da revolta dos simpatizantes de Chávez perante a revolta contra a Assembleia e o descumprimento do acordo feito para o exílio de Chávez e sua família. Os líderes latino-americanos também apresentaram a dúvida de um governo que iniciaria no comando de militares e empresários.

Assim, após a renúncia de Carmona, o então vice-presidente Diosdado Cabello assumiu o poder interinamente já prevendo o retorno de Chávez. Com todas as visões em cima do palácio, após 30 horas de novo governo e com a pressão dos apoiadores chavistas, foi divulgado uma declaração por escrito de Chávez informando que ele como presidente legítimo da Venezuela não teria renunciado o poder. No dia 14, com todas as expectativas em cima do retorno de Chávez, havia muitas incertezas. Os periódicos apenas relatavam o que acontecia, mas vagamente, sem a certeza da volta do presidente ao palácio, vez que ainda estava detido por uma parte da força militar, mostrando que o processo estava acontecendo de forma cautelosa, tudo sempre rodeado por militares favoráveis a Chávez, e esses militares, apoiadores de Chávez, a todo o momento reafirmavam a legitimidade do governo eleito por uma constituição real e democrática.

Como consequência, no dia 15, com o retorno oficial do presidente Hugo Chávez, o The Times exibe a repercussão dos líderes na região latino-americana não terem reconhecido legitimidade do golpe aplicado e junto a isso, avaliam o comportamento dos Estados Unidos perante a situação. Segundo o jornal, não se tinha indícios de participação estadunidense clara perante a tentativa de golpe, porém levantou-se o questionamento ao governo Bush de relativizar e serem seletivos no apoio as democracias, uma vez em que aos

líderes sul-americanos concederem apoio ao presidente Chávez, percebeu-se uma brecha na relação da região com Washington. Ao considerar que Hugo Chávez não sofreu um golpe, informam que o governo estadunidense declara que o acontecido foi algo causado pelo próprio governo de Chávez e indo de acordo com a Folha de São Paulo, mostram que a fala da Casa Branca se apresenta com a intenção de “lição” a Hugo Chávez, dizendo que o mesmo deveria aprender com o ocorrido.

4 O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE HUGO CHÁVEZ

Diante do levantamento das fontes juntamente com o que já se foi discutido em relação ao histórico da região da América Latina, faz-se o destaque a alguns pontos interessantes para análise do papel dos meios de comunicação na contribuição da construção do pensamento sobre Hugo Chávez e toda a conjuntura na qual se leva a tentativa de golpe ao seu governo em 2002.

4.1 A CONSTRUÇÃO DA AMEAÇA CHÁVEZ (1998)

Pode-se perceber de forma clara, uma concordância sobre a intencionalidade da mídia perante Chávez já em 1998 com o início da corrida presidencial, com o destaque a atribuição duvidosa e sua ascensão na política recebida desde sua participação na tentativa de golpe em 1992 na Venezuela.

Referindo-se aos títulos concedidos como golpista e militar, percebeu-se uma incontável presença destes em ambos os jornais, sempre relacionando a Chávez não como o candidato favorito ao cargo por conta do seu estrondoso apoio popular, mas sim associando a tais títulos de forma tão repetitiva durante o período da corrida presidencial que deixava claro a intenção de alerta para o que se passava na Venezuela, criando uma visão de Hugo Chávez como um candidato a presidência incerto e duvidoso, mostrando que por conta desses fatos, seria uma ameaça autoritária.

A intenção repetitiva do caráter de golpista e o vínculo ao militarismo convenientemente trouxeram a discussão em cima da ameaça democrática não só para a Venezuela, como também para a América Latina. Sendo assim, intensificaram a ideia de que Chávez ao estar relacionado a um militarismo autoritário, seria altamente prejudicial para a região, de maneira que mesmo correspondendo como um candidato concorrente de maneira legal como seus demais oponentes, a ameaça e a propagação do alerta surge apenas ao redor da sua possibilidade de vitória.

Hugo Chávez representava a ideia do fim aos partidos tradicionais e sua intenção de enfrentar o sistema era baseada na vontade da retirada da Venezuela de uma situação prejudicial colocada há muitos anos devido o comando das oligarquias. Com isso, acrescentou-se diversos pontos na construção da visão criada de Chávez, como um candidato inconstante e por conta das incertezas ao qual gerava para o mercado, analistas e estudiosos,

realçavam a ideia de que nada que se concluísse a partir dele seria vantajoso para a Venezuela e de quebra ainda ameaçaria aqueles que mantinham relação com o país, como os países vizinhos da região latino-americana, bem como os Estados Unidos com sua relação comercial ligada ao petróleo.

Contudo, pode-se perceber um caráter mais político voltado para a Folha de São Paulo, na qual além de reforçar as incertezas sobre a eficiência de um possível governo de Chávez, deram início a sua ligação com Cuba. Essa ligação surge de maneira tendenciosa à questão de o candidato à presidência manter suas intenções ligadas a guerrilhas que obtinham apoio de Cuba, e que isso, deveria soar como amedrontamento para a população venezuelana, uma vez que sua inspiração em Cuba e sua admiração por Fidel seriam sinais prévios daquilo que estava disposto a fazer na Venezuela quando assumisse o poder.

Já pelo The New York Times, iniciavam seu caráter mais ligado ao mercado e a economia, porém, com a eleição de Chávez, deram destaque ao receio do início a uma ditadura de esquerda, mais uma vez ligando-o ao autoritarismo ao mesmo tempo em que alegavam que a vitória de Chávez foi um fato histórico, pois além de ser um "ex-militar golpista", seus oponentes eram candidatos preparados, relevando a passagem de Romer pela universidade estadunidense de Yale. Dessa forma, soavam de uma maneira desqualificadora para a capacidade do novo presidente e sua preparação, como se Venezuela saísse em desvantagem para resolução dos seus problemas devido ao mal resultado da sua eleição.

Dessa maneira, o final do período analisado em 1998 se concretiza de acordo com tudo ao que foi averiguado. O alerta emitido por Washington juntamente com a oposição venezuelana deixa claro a maneira pela qual iria se suceder nos próximos anos como vigilância ao novo governo, já previamente alegando que iria ser necessário essa presença de fiscalização ao presidente. Assim, ao relevar a concepção da falta de efetividade existente já nos discursos de Chávez, a ideia de que o mercado do petróleo juntamente com a permanência da democracia estavam ameaçados era mantida. Com isso, fortalecia-se a idealização de Chávez como uma incógnita altamente preocupante, uma vez que não correspondia ao que o mercado desejava ou ao que a política venezuelana estava acostumada, já que não fazia parte daquele nicho tradicional presente no governo por muito tempo. Projetava-se para os próximos anos tanto no ramo político como economicamente, um ambiente que além de incerto seria hostil e, deste modo, a intenção da construção da imagem pejorativa para o presidente que foi observada no início do período se concretizou e os meios de comunicação

prosseguiram no seu propósito de repasse para o ambiente internacional sobre a situação venezuelana.

4.2 AS CONSEQUÊNCIAS EM TORNO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1999)

Ao assumir o poder no ano de 1999 após a sua vitória nas eleições, a repercussão nos jornais analisados sobre a Venezuela de Hugo Chávez passou a ser muito mais presente, o que eram pequenos recortes passaram a ser matérias com maior espaço, indo até páginas inteiras.

O novo presidente, em sequência da sua posse, deixou clara a sua intenção de reformulação a constituição venezuelana, isso por conta do seu objetivo da realização de mudanças em prol do fim da corrupção, resultante dos vestígios que foram deixados pelos partidos tradicionais que governaram a Venezuela nos últimos 40 anos. Entretanto, o que se repassou em cima da sua intenção de reformulação a constituição foi a ideia do fim a democracia e a ameaça de Chávez para o meio democrático venezuelano estava presente nos periódicos de maneira tendenciosa a sua concretização.

Assim, com uma maior presença nos periódicos com suas falas em torno da ameaça democrática para a Venezuela, o discurso da fragilidade da região latino-americana volta à tona, de maneira que Chávez com sua intenção da criação de uma Assembleia Constituinte seria o fator comprovatório para o que os jornais vinham prevendo desde sua candidatura a presidência no ano anterior.

O presidente, de sua vez, tinha suas intenções amparadas no seu apoio popular e isso veio a ser citado pelos jornais de maneira que a região passava por uma nova fase relacionada aos tipos de golpe e ao autoritarismo. Desse modo, suas ações se apresentavam asseguradas num viés democrático, possibilitando o entendimento de que esses acontecimentos ao passarem a ser assegurados democraticamente, obtém uma veracidade institucionalizada e que por conta disso torna-se difícil a interpretação, uma vez que suas ações correspondem ao que já se conhece na instabilidade política histórica da região mas que agora, é amparado veridicamente.

Dessa forma, ao iniciar a ligação de Hugo Chávez ao caráter de ditador, levantou-se o questionamento de que suas ações em torno da Assembleia estariam ligadas diretamente ao seu favorecimento para permanência ao poder, e com isso resultava-se mais uma vez na sua ligação e comparação Fidel Castro e sua forma de governo em Cuba, voltando a sua ideia

de militar autoritário, criando um nicho de afirmação dessas características durante o período de 1999 ao todo.

De outro lado, Chávez mantinha seu discurso de que as instituições venezuelanas necessitavam de uma reforma e que o meio mais eficaz seria pela construção de uma nova constituição com o intuito de dar fim aos privilégios das oligarquias que eram assegurados pela constituição existente. Contudo, a oposição venezuelana – sendo essa constituída pelos partidos tradicionais como AD e Copei até então amparados e compostos pela parte elitista venezuelana – contrariavam Chávez de maneira que informavam que suas intenções por trás de todo discurso revolucionário seriam muito mais sérias e prejudiciais para a permanência democrática venezuelana, permitindo o entendimento e propagação de alerta para o que iria se suceder, baseados na afirmação de que Chávez era contraditório e ineficaz.

Com a aprovação da Assembleia, para ambos os periódicos analisados, pode-se perceber um consenso de que a Venezuela estaria caminhando para trás com as ações intrigantes do novo presidente. A partir dessa aprovação, iniciou-se os questionamentos em torno da veracidade dos votos, deixando a hesitação sobre aquilo que era proposto pelo governo, se realmente o que resultava era real, isso partido da oposição venezuelana repassado pelos jornais, de maneira que Chávez era a figura representativa da instabilidade regional.

De modo igual, os jornais, ao apresentarem opiniões de estudiosos e analistas sobre a situação venezuelana, que era vista por um viés novo pelo país, repassaram a ideia de que a Assembleia Constituinte foi a maior jogada de seu governo, e baseados nessas análises, validaram o que vinha se afirmando desde o início do período, de que suas ações políticas estavam asseguradas no seu interesse da permanência no poder. Junto a isso, ao destacar o fortalecimento que obtinha o autoritarismo do presidente eleito baseado no seu viés democrático e legal, confirmaram a instabilidade vista pelo mercado internacional assim como a incerteza sobre o que seriam os próximos passos de seu governo, deixando clara a intenção de repassar a dúvida e consequentemente, o receio.

4.3 A INTERAÇÃO ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA (2000 – 2001)

Durante o período dos anos de 2000 a 2001, o governo de Hugo Chávez ainda era visto de maneira incerta e o que era repassado ficava em torno do receio tanto no ambiente político como no econômico em relação ao novo presidente. Contudo, deu-se destaque as

questões econômicas voltadas ao petróleo e seu crescimento na participação da OPEP vistas de maneira essenciais para o desenrolar do processo a tentativa de golpe em 2002.

O The New York Times fez-se mais presente perante tais assuntos, uma vez que para o período, o papel em que a Venezuela desempenhava no mercado do petróleo era preocupante e os Estados Unidos mantinham seu interesse sobre o desenrolar das ações sobre seu principal fornecedor do óleo. Com essa postura, entrando a discussão sobre o rumo ao qual tomaria a economia venezuelana, volta à ideia já apresentada anteriormente sobre a ineficiência de Chávez para resolução dos problemas venezuelanos que se apresentavam cada vez mais sérios, apresentado em um viés mais real relacionando ao mercado de commodities na busca de uma solução para a situação.

A OPEP surge em destaque a partir do momento em que o então presidente dos Estados Unidos Bill Clinton procura Chávez para um auxílio em relação ao preço do barril do petróleo, buscando uma contribuição em relação a diminuição do preço, uma vez que o país seria o maior consumidor da matéria prima em todo globo, confirmando a influência que os estadunidenses possuíam mesmo não sendo um país participante da organização.

A Venezuela, por sua vez, ao demonstrar sua insatisfação perante as ações e seu papel dentro da organização ligando a sua submissão as ações estadunidenses, inicia com uma maior presença de Hugo Chávez junto ao papel da Venezuela dentro da OPEP. Indo de encontro ao seu discurso para desvincular a soberania dos Estados Unidos dentro das decisões venezuelanas, o início das mudanças dentro do mercado do petróleo se concretiza com o ministro da energia venezuelano alcançando a presidência da organização. A partir de então, a Venezuela deixa de ter o caráter incerto visto pelo mercado e passa a ser observada com olhos de articulação, o que passa a ser tratado com um maior cuidado pelas lentes midiáticas.

As opiniões e declarações vindas de Washington passaram a ser mais frequentes conforme a Venezuela ganhava mais espaço perante a OPEP e suas intenções sobre o mercado. Um marco perante essa relação surge quando Chávez - já no comando da estatal petrolífera venezuelana – decide voltar suas intenções de investimentos ao mercado petrolífero cubano e isso, resulta como um afronte as intenções estadunidenses, prevendo assim uma sequência de possíveis conflitos. Com essa instabilidade existente dentro da própria OPEP, a eficácia da organização passa a ser questionada e isso volta como resultado aos questionamentos a efetividade de Chávez aos assuntos econômicos, haja vista que a relação da Venezuela com o petróleo ao mesmo tempo que é benéfica, causa um tipo de conforto ao qual não deveria ser ampliado.

As ações anti-Estados Unidos de Chávez surgindo com desconfiança do mercado juntamente com a alta do preço do barril do petróleo gera um desconforto especialmente para os interesses estadunidenses. Além dos fatores já apresentados anteriormente sobre essa relação, com a eleição do novo presidente George W. Bush, surgem indícios de que as relações entre os países ocorreriam de forma diferente, comprovando o fator de que os Estados Unidos não permitiriam que países com líderes afrontosos para as potências como Hugo Chávez tomassem decisões que pudessem interferir nas suas intenções nas relações exteriores.

A vista disso, Washington passou a demonstrar uma maior preocupação sobre as políticas aplicadas na região latino-americana, especificamente na Venezuela. Passaram a alegar que estavam atentos a ameaça democrática para a região, trazendo de volta o discurso de Chávez ser autoritário e que a democracia deveria prevalecer, não sendo favoráveis aqueles que a ameaçasse e o presidente venezuelano fazia parte da ameaça, relembrando o caráter de golpista e não confiável atribuído por sua participação em 1992.

Com tal característica, os jornais finalizaram o período com um caráter de apreensão e de tensões políticas, com os olhos voltados para a situação político venezuelana assim como seu papel de importância ao qual atingiu para o mercado internacional e especialmente na ameaça a qual os Estados Unidos passaram a enxergar Hugo Chávez.

4.4 O DESFECHO DA TENTATIVA DE GOLPE (2002)

Dentro desse contexto conturbado se inicia o ano de 2002. Neste período analisado, as instabilidades encontravam-se presentes tanto nas relações exteriores como no ambiente interno.

O início das manifestações contrárias a Hugo Chávez vindas de forças militares, deram formação a um movimento de revolta que, conforme expuseram os periódicos, tinha-se a clareza da fragilidade do governo venezuelano sem poder de controle. O que se conhecia sobre a situação venezuelana eram as insatisfações e o caos iniciante no país, tendo em vista que tudo aquilo que era declarado pelo governo era deslegitimado pela oposição e por manifestantes, percebendo-se que os jornais adotaram essa perspectiva.

O pedido de renúncia de Chávez tornou-se comum, transformando em um propósito para aqueles cansados e insatisfeitos com o governo que estava no poder desde 1998. O movimento em torno da necessidade de renúncia do presidente surgiu de um vínculo dos empresários, trabalhadores, igreja, classe média e partes das forças militares e a oposição

por sua vez, aproveitou o acontecido, tudo sempre baseados na defesa da democracia e que a Venezuela não poderia deixar se levar por alguém que ameaçasse as liberdades, alegavam que a solução precisaria existir de uma maneira democrática.

Chávez, que obteve sua ascensão e permanência no poder de maneira conturbada sempre na necessidade de "luta" contra aqueles que o atacavam incansavelmente, se viu cercado principalmente por aqueles que sempre forneceu apoio: os militares.

Assim sendo, a partir de março a presença de notícias e a intensificação das tensões aparecem de forma clara. O anúncio da revolta e insatisfação com o governo resultaram no encorajamento de pessoas protestando contra Chávez pedindo sua renúncia ao mesmo tempo em que outra parte da população saia as ruas para defendê-lo. E, então, o conflito entre pessoas foi inevitável e toda confusão que pregavam os jornais desde o início do ano se concretizou.

A impressão recebida pelo que se foi repassado nas mídias analisadas foi de um ambiente hostil e sem controle e como prova, apontava a greve realizada pelos funcionários dentro da estatal PDVSA, despertando certo desespero do mercado uma vez que sua parte de contribuição com petróleo era fundamental, como também a curiosidade de qual seria a ação do governo uma vez que seria altamente prejudicial para a economia venezuelana um rompimento do ciclo de exportações.

No entanto, Hugo Chávez ao afirmar que não cederia aos pedidos de renúncia por estar sendo vítima de um complô entre oposição com participação das mídias para prejudicá-lo, deu causa a uma conturbação e no dia 12 de março, após um grave confronto, militares anunciam a tomada do poder e que Hugo Chávez não seria mais o presidente.

Com a confirmação em rede nacional, com o líder Pedro Carmona assumindo o poder e desfazendo todas as mudanças proporcionadas por Chávez, ficou claro uma ação presente da oposição venezuelana relacionada ao golpe, confirmando o que já se tinha pregado. Teve-se um entendimento de que o governo Chávez apesar de ter sido eleito democraticamente e de maneira legal, teria sido inválido, deixando a entender que a ação dos militares perante a situação deveria ser vista como forma de agradecimento à defesa da democracia e da liberdade venezuelana, de maneira que ao prevenir "um mal maior" que seria ocasionado por Chávez conforme as previsões, o ato não poderia ser visto com maus olhos, buscando um viés legal para o acontecido.

Assim, confirmou-se a ideia de "merecimento" ao acontecido com Hugo Chávez ao anunciar que o ex-presidente teria sido o próprio causador dessa ação do golpe, levando a

culpa das mortes nos protestos consigo e uma carga de ilegitimidade e ineficácia apresentada por essas mídias.

Contudo, com uma surpreendente reviravolta após apenas quase dois dias de novo governo, Carmona renuncia seu posto devido as pressões e surge uma quantidade de incerteza perante o limbo institucional que o país estava passando, deixando claro que Chávez volta ao seu cargo na presidência com um apoio e força maior a que já tinha se visto antes, tanto popular como militarmente, anunciando que sua queda acabou tornando-se mais benéfica do que prejudicial.

Apesar disso, o destaque perante toda situação conturbada e rápida em torno da tentativa de golpe fica por conta do anuncio do governo estadunidense. Logo após a deposição e retorno de Chávez, não consideraram como antidemocrática a ação que levou Carmona ao poder e ao afirmar que perante a realidade do golpe de Chávez, os Estados Unidos seriam cruciais para o restabelecimento da Venezuela, confirmando sua visão apenas em torno do seu interesse.

Neste contexto, tem-se a diferenciação de posicionamento comparado as nações latino-americanas, porém, apesar de não conter nenhuma prova clara de participação estadunidense ao golpe em Chávez, com o anúncio de que Chávez deveria tomar como lição o acontecido, levanta-se o questionamento sobre relativização das democracias feita pelo governo Bush, deixando subentendido que quando for para o seu bem próprio, ser antidemocrático pode acontecer. Por isto, não deixava sua culpa clara e ao mesmo tempo, fazia-se entender a sua participação, de uma forma omitida.

5 CONCLUSÃO

De início, confirma-se a ideia de que os meios de comunicação, no caso referente aos periódicos selecionados, se apresentam como cruciais para o desenvolvimento do pensamento geral sobre da figura de Chávez.

Assim, comprovam o que já foi apresentado no capítulo anterior de que a mídia, em geral, tem como seu papel principal a influência na construção do pensamento crítico sobre determinados pontos de vista, tendo em vista que ao obter as informações que se tornarão notícias, possibilitam diversas formas de interpretação por aqueles que o acessam, baseados em sua vivência e em seus princípios.

Contudo, o que se releva seria o papel de persuasão e de inclinação a determinadas opiniões e características, no qual o método de abordagem, o tratamento e forma de repasse auxiliam para que o indivíduo, ao acessar as notícias e informações, fique propenso a concordar com aquilo que lhe é apresentado.

No que pertine a Hugo Chávez e a construção do pensamento em torno da sua figura, se pode perceber, desde o início, a intenção pejorativa que meios de comunicação utilizavam para abordá-lo.

O papel em questão ora analisado ficou em volta da sua repercussão para Estados Unidos e Brasil. Porém, conforme percebido, existe uma ligação e concordância entre as notícias, sempre baseadas nas mesmas linhas e assuntos por período. Dessa maneira, possibilita-se um entendimento de que os meios de comunicação estão interligados sim e que a visão percebida pelas lentes do The New York Times e Folha de São Paulo, também poderiam ser encontradas em outras mídias de outros lugares.

Nesse contexto, as corporações midiáticas conversam entre si e, por conta disso, para diversos assuntos obtém-se um consenso de pensamentos e opiniões. É praxe para aqueles que estudam e analisam as ações dos Estados Unidos no âmbito internacional compreender que o país desde sua ascensão como superpotência age apenas em prol dos seus interesses, esse sendo um dos motivos pelo qual atingiram tamanha influência no sistema internacional.

Outrossim, se pondera e conclui que, qualquer Estado ou figura política que entre em conflito aos interesses estadunidenses, sofrerão uma consequência de uma maneira ou outra. Isso porque, a política do bom vizinho internacional com vantagem nos negócios ocorre até o conflito de interesses. É preciso compreender, portanto, que o interesse estadunidense sempre vai prevalecer, e com a Venezuela não aconteceu diferente.

No trabalho, fez-se a construção de uma análise do período prévio à tentativa de golpe até o ocorrido em 2002. Percebeu-se que, apesar de o ato em si ter ocorrido em apenas quatro dias, a conjuntura implantada para que isso acontecesse veio anos antes.

A ideia pejorativa sobre Hugo Chávez vem de início com o caráter repetitivo de nomeações fortes e claras como golpista, militar, autoritário e ditador. Percebendo-se a presença exagerada de tais adjetivos, conclui-se facilmente que aqueles que terão acesso a tais notícias fora da Venezuela, estão sujeitos a acreditar no que ali está sendo dito uma vez que não se tem algo que forneça o pensamento contrário.

Falando-se hipoteticamente, mesmo aqueles que suspeitassem da tendenciosidade dos jornais de acesso, ao procurar uma fonte diversa para informação, encontraria os mesmos tipos de abordagem, tanto um brasileiro querendo acessar um periódico estadunidense por acreditar que estes seriam mais imparciais, quanto um estadunidense querendo acessar um periódico brasileiro por acreditar que como vizinho transpareceria melhor a situação, sendo que isso seria em vão, uma vez que a conexão de informações é semelhante, a abordagem tem relação e a intenção de persuasão é a mesma.

Por conta de um discurso revolucionário e um mercado receoso, a afirmação de ameaça à democracia surge de forma convenientemente ligado ao seu histórico militar. Chávez era visto como autoritário e ameaçador ao viés democrático venezuelano, visão que foi expandida para toda a América Latina. Foi criada uma imagem de Chávez como a figura que concretizava a volta da incerteza democrática para a região e o destaque concedido em cima de referida imagem acabou se propagando no decorrer dos seus anos de governo.

O principal fator utilizado por esses meios de comunicação que resultou na contribuição para a visão internacional da situação Venezuela ficou relacionado a massiva presença e repetição do caráter pejorativo a Chávez. Dessa forma, conclui-se que os meios de comunicação no continente americano não obtiveram um papel direto em relação a tentativa de golpe na Venezuela em 2002, mas sim, desempenharam um papel de influência para o cenário apresentado no decorrer dos anos até o acontecido. Não deixando de maneira explícita a sua intenção de combater o governo de Hugo Chávez, o papel desempenhado funciona mais como um alerta, representando uma insatisfação com o presidente e suas ações, ao mesmo tempo em que se mostram receosos ao que pudesse se suceder.

Assim sendo, os meios de comunicação se revelam como essenciais atores dentro do sistema internacional, mesmo que ainda não obtenham certa relevância nas tomadas de

decisões. Consagram-se, portanto, como fundamentais na colaboração do pensamento crítico, tanto para os indivíduos como para corporações e instituições em geral.

REFERÊNCIAS

ALIANCE FOR AUDITED MEDIA. **Top 25 U.S. Newspapers for March 2013.** 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20151016155148/http://auditedmedia.com/news/blog/top-25-us-newspapers-for-march-2013.aspx>. Acesso em: 30 set. 2018.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos.** São Paulo: Boitempo, 2015. 223 p.

CARMONA, Ernesto. **Los grandes medios corporativos se amalgamaron con el gran capital transnacional.** 2007. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article148371.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** São Paulo: Ática, 1992.

CHOMSKY, Noam. **What Makes Mainstream Media Mainstream.** 1997. Disponível em: <https://chomsky.info/199710__/>. Acesso em: 16 set. 2018.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-Americanas:** identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928). 2008. 114 f. Dissertação - Curso de Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ECURED. **The New York Times.** Disponível em: <https://www.ecured.cu/The_New_York_Times>. Acesso em: 30 set. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **A democracia vai mal na América Latina.** 1999. Disponível em:<https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=14174&keyword=Ch%C3%A1vez&anchor=631978&origem=busca&pd=b5dd2d1e0790d3bb3c3419ed06b8d2b7>. Acesso em: 07 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Bush pode endurecer relações com Chávez.** 2000. Disponível em:<https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=14844&keyword=Ch%C3%A1vez&anchor=643942&origem=busca&pd=fa1a1a2facb1607aefc5d076f57e36f8>. Acesso em: 14 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Chávez tem ligação com Guerrilha.** 1998. Disponível em: < https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=14029&keyword=Ch%C3%A1vez&anchor=699422&origem=busca&pd=4f13e2300483c79e82a7f57de81c02fc>. Acesso em: 07 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Choques matam 12 e Chávez enfrenta rebelião de oficiais.** 2002. Disponível em: < https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=15313&keyword=Ch%C3%A1vez&anchor=26737&origem=busca>. Acesso em 21 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Constituinte 'fecha' o Congresso.** 1999. Disponível em: < https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=14358&keyword=Ch%C3%A1vez&anchor

=702010&origem=busca&pd=847a8fc486b14a471b7a5301294a8f10>. Acesso em: 14 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Democracia ou Autoritarismo?.** 1999. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=14321&keyword=Chavez&anchor=661467&origem=busca&pd=59c8189019de96f3c6c27993d12f5373>. Acesso em: 14 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ex-militar lidera na Venezuela.** 1998. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=13832&keyword=Ch%C3%A1v%C3%A8z&anchor=630654&origem=busca&pd=0b1e48c417d085cfd59c1a454b499462>. Acesso em: 07 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **'Investidor terá segurança', diz Chávez.** 1998. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13992&keyword=Ch%C3%A1vez&anchor=701091&origem=busca&pd=5d022ba0bc5c0b050e59a24c4617167a>. Acesso em: 07 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Militares depõem Chávez; civil toma posse e dissolve Poderes.** 2002. Disponível em: https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=15314&keyword=Chavez&anchor=26849&origem=busca. Acesso em: 21 out. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Poder militar ameaça a AL, diz estudo.** 1998. Disponível em: < https://acervo.folha.uol.com.br/leitor.do?numero=13863&keyword=Ch%C3%A1vez&anchor=641788&origem=busca&pd=3abef1e6ae74b620c6c2ddd749a08821>. Acesso em: 07 out. 2018.

FUKUSHIMA, Kátia Alvez. **Governo Chávez e a Luta pelo poder na Venezuela:** Uma análise dos atores políticos em conflito. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Aliança Para o Progresso.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Folha de São Paulo.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>. Acesso em: 23 set. 2018.

GALEANO, Eduardo. **Veias Abertas da América Latina.** Porto Alegre: A L&pm Editores, 2012. 265 p.

GOMBATA, Marsílea. **Você sabe o que é o bolivarianismo?** 2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-bolivarianismo-2305.html>. Acesso em: 29 mai. 2018.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

MBR 200 CIRCULOS BOLIVARIANOS. **El Por Ahora del Comandante Chávez.** Disponível em: <http://www.angelfire.com/ar3/mbr200/ideologia/porahora.html>. Acesso em: 03 jun. 2018.

PARTIDO SOCIALISTA UNIDO DE VENEZUELA. **54 anos da assinatura do acordo Punto Fijo.** Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/portada/54-anos-firma-pacto-punto-fijo/#.Ww3ebkgvzIU>. Acesso em: 29 mai. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o Século XXI.** [s.l]: Elsevier Editora, 2013. 208 p.

_____. **Os Estados Unidos: Hegemonia e Liderança na Transição.** Petrópolis: Vozes, 2001.

PINHEIRO, Leticia. **Política Externa Brasileira:** 1889-2002. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **O Brasil no Mundo.** Objetiva, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. **Venezuela en breve.** Disponível em: <http://www.ve.undp.org/content/venezuela/es/home/countryinfo/>. Acesso em: 13 mai. 2018.

SCHILLING, Voltaire. **EUA X América Latina:** As Etapas da Dominação. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

SICSU, João. **Cercados pelo capital.** 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/cercados-pelo-capital>. Acesso em: 02 jun. 2018.

THE NEW YORK TIMES. **80% of Vote Reported to Back Rewrite os Venezuela's Charter.** 1999. Disponível em: < https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1999/04/26/404756.html?pageNumber=9>. Acesso em: 14 out. 2018.

THE NEW YORK TIMES. **A Chávez Comeback More Astounting Than His Fall.** 2002. Disponível em: < https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/2002/04/14/556734.html?pageNumber=10>. Acesso em: 21. Out. 2018.

THE NEW YORK TIMES. **Venezuelans elect na ex-coup leader.** Disponível em: < https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1998/12/07/310611.html?pageNumber=1>. Acesso em: 07 out. 2018.

THE NEW YORK TIMES. **Venezuela Finds Source Wealth Is Also a Curse.** 2000. Disponível em: < https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/2000/08/20/758841.html?pageNumber=3>. Acesso em: 14 out. 2018.

THE NEW YORK TIMES. **Venezuela's New Leader: Democrat or Dictator?** Disponível em: <https://www.nytimes.com/1999/04/10/world/venezuela-s-new-leader-democrat-or-dictator.html>. Acesso em: 14 out. 2018.

THE NEW YORK TIMES. **Venezuela's President vs. Military: Is Breach Widening?** 2002. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/2002/03/26/240753.html?pageNumber=3>. Acesso em: 14 out. 2018.

VENEZUELA EM RETROSPECTIVA. **La visita a Venezuela del vicepresidente Richard Nixon.** 2016. Disponível em: <https://venezuelaenretrospectiva.wordpress.com/2016/05/14/la-visita-a-venezuela-del-vicepresidente-richard-nixon/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

VIANA, Bruno César Brito; LIMA, Maria Érica de Oliveira. **The New York Times:** notícias que fazem história. 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2011/fevereiro/nyt_noticias_historia.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

WASSERMAN, Claudia. **História da América Latina**: cinco séculos (temas e problemas). 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

ZERO, Marcelo. **Para entender a Venezuela.** 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/para-entender-a-venezuela>. Acesso em: 13 mai. 2018.